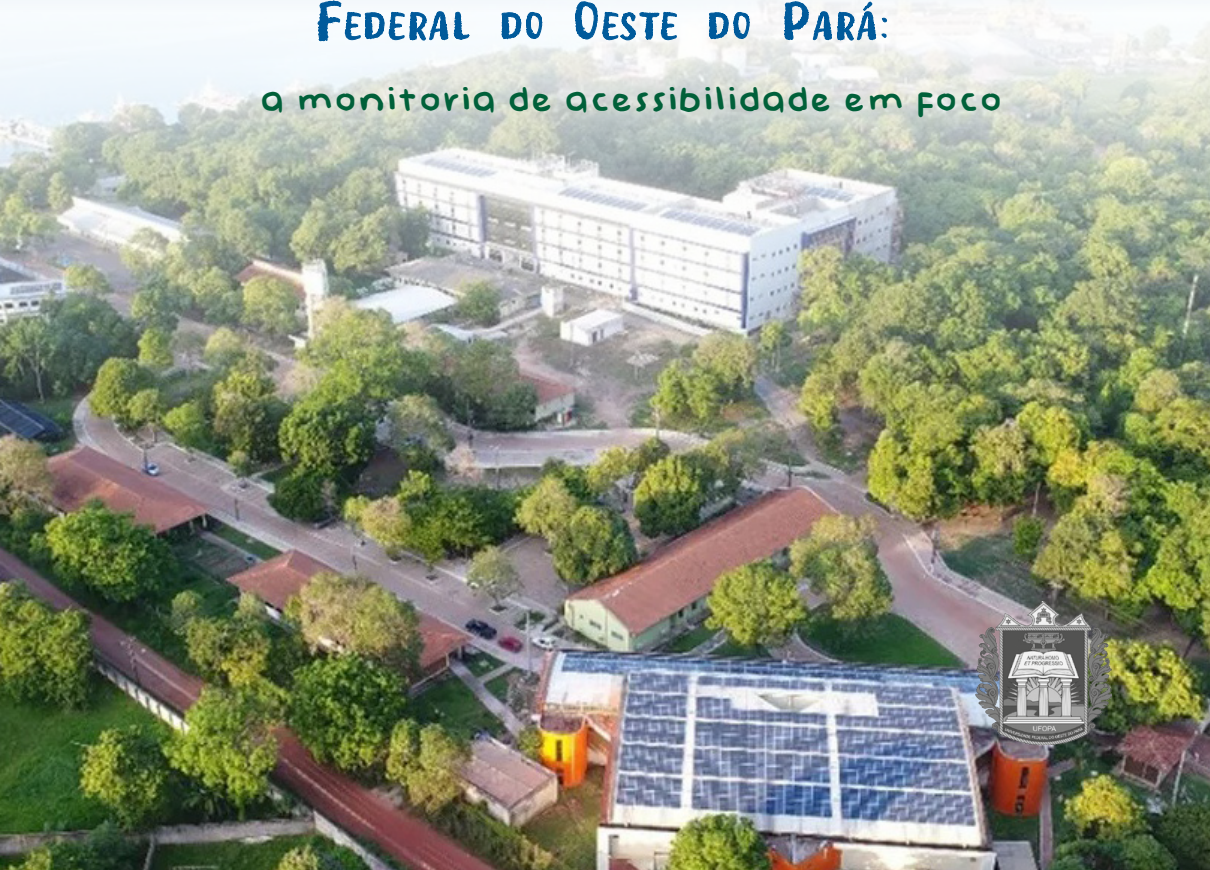


Amanda Ferreira Tavares Freitas
Thaisy Bentes
Daiane Pinheiro
Terezinha do Socorro Lira Pereira
(Organizadores)

CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ:

a monitoria de acessibilidade em foco



Edufopa
Santarém-PA
2025



CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ:

a monitoria de acessibilidade em foco

Amanda Ferreira Tavares Freitas
Thaisy Bentes
Daiane Pinheiro
Terezinha do Socorro Lira Pereira
(Organizadores)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora

Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitor de Administração

Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora da Cultura, Comunidade e Extensão

Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Honorly Kátia Mestre Corrêa

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Fabriciana Vieira Guimarães

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Kelly Christina Ferreira Castro

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (EDUFOPA)
COMITÊ CIENTÍFICO

Abner Vilhena de Carvalho
Alan Augusto Moraes Ribeiro
Alfredo Pedrosa dos Santos Júnior
Amanda Estefânia de M. Ferreira
Ana Carla dos Santos Gomes
Ana Maria Vieira Silva
Anderson Alvarenga de Moura Meneses
Andréa Simone Rente Leão
Bruna Cristine Martins de Sousa
Bruno Braulino Batista
Carla Marina Costa Paxiúba
Charles Henry Faria Júnior
Cintya de Azambuja Marns
Claide de Paula Moraes
Diani Fernanda da Silva Less
Doriedson Alves De Almeida
Edilan De Sant Ana Quaresma
Élcio Meira da Fonseca Júnior
Elder Koei Itikawa Tanaka
Eleny Brandão Cavalcante
Fábio Manoel França Lobato
Felipe Holanda dos Santos
Fernando Wallace Carvalho Andrade
Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro
Gabriel Brito Costa
Gilson Cruz Junior
Helaine Cristina Moraes Furtado
Heloisa do Nascimento de Moura Meneses
Hergos Ritor Frôes de Couto
Hugo Alex Carneiro Diniz
Itamar Rodrigues Paulino
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa
José Mauro Sousa de Moura
Kauê Santana da Costa
Lia de Oliveira Melo

Lilian Rebellato
Luamim Sales Tapajós
Luana Lorena Silva Rodrigues
Marcelino Silva da Silva
Marcos Gervânio de Azevedo Melo
Maria do Rosário da Silva
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Marina Smidt Celere Meschede
Maxwell Barbosa de Santana
Michelle Midori Sena Fugimura
Miguel Aparício Suárez
Nelson de Souza Amorim
Odenildo Queiroz de Sousa
Patrícia Chaves de Oliveira
Raimundo Nonato Vieira Costa
Raoni Fernandes Azerêdo
Raphael Pablo Tapajós Silva
Renato Bezerra da Silva Ribeiro
Renato da Silva Bandeira
Ricardo Scoles Cano
Roberto do Nascimento Paiva
Rogério Henrique Almeida
Rose Caldas de Souza Meira
Rubens Elias da Silva
Sandra Maria Sousa da Silva
Sérgio de Melo
Sheyla Regina Marques Couceiro
Suzete Roberta da Silva
Tarcísio da Costa Lobato
Thaisy Bentes de Souza
Thiago Almeida Vieira
Tony Marcos Porto Braga
Vinicius José Giglio Fernandes
Wania Alexandrino Viana
Wilson Sabino

Pareceristas do Edital 01/2022-2023 - UFOPA/Edufopa

Andréa Simone Rente Leão
Abner Vilhena de Carvalho
Bruna Cristine Martins de Sousa
Edilan de Sant'Ana Quaresma
Eleny Brandão Cavalcante
Gabriel Brito Costa
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa
Jorgelene dos Santos Oliveira
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Raimundo Nonato Vieira Costa
Renato da Silva Bandeira
Ricardo Scoles Cano
Rogério Almeida
Rubens Elias Duarte Nogueira
Tarcísio da Costa Lobato
Thiago Almeida Vieira
Vinicius Jose Giglio Fernandes
Wania Alexandrino Viana

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. a violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Equipe de realização

Imagem da capa

Imagem cedida: acervo UFOPA

Revisão: Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Normalização: Carlos Otavio Flexa | MC&G Editorial

Projeto gráfico e diagramação: Glaucio Coelho | MC&G Editorial

Capa: Adaptação da imagem ao projeto gráfico | MC&G Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

C183 Caminhos para a inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal do Oeste do Pará : a monitoria de acessibilidade em foco [recurso eletrônico] / Organizado por Amanda Ferreira Tavares Freitas, Thaisy Bentes, Daiane Pinheiro, Terezinha do Socorro Lira Pereira. — Santarém : Edufopa, 2025.
112 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-983951-4-8

1. Inclusão. 2. Educação Especial. 3. Ensino Superior. 4. Monitoria.
I. Freitas, Amanda Ferreira Tavares, org. II. Souza, Thaisy Bentes de, org. III.
Pinheiro, Daiane, org. IV. Pereira, Terezinha do Socorro Lira, org. V. Título.

CDD: 23 ed. 371.912

Bibliotecário: Documentalista: Mayco Ferreira Chaves – CRB/2 1357

Direitos desta edição cedidos à

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

Rua Vera Paz, s/nº – Salé

CEP 68.040-255 - Santarém/PA - Brasil

Tel.: +55 93 2101-3629

www.ufopa.edu.br/ufopa/

LISTAS DE GRÁFICO, QUADROS E FIGURAS

GRÁFICO

Gráfico 1–	Quantitativo dos discentes com deficiência	27
-------------------	--	----

QUADROS

Quadro 1–	Plano de Atividades	40
Quadro 2–	Cronograma de execução das atividades do Projeto Ano	41

FIGURAS

Figura 1 –	Visita a feira agropecuária de Santarém	67
Figura 2 –	Curso Básico de Libras ministrados	67
Figura 3 –	Participação dos monitores do Nuaces na corrida “Autismo é amor”	69
Figura 4 –	Arraial da Ufopa com dança de carimbó acessível	70
Figura 5 –	Jogo de xadrez para deficiente visual	76
Figura 6 –	Trabalho com massa de modelar do Curso de Ciências Biológicas	76
Figura 7a –	Aluno manuseando fios de condução expostos na feira	89
Figura 7a –		



SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
-----------------	-----------

Luamim Sales Tapajós

APRESENTAÇÃO	15
---------------------	-----------

Luamim Sales Tapajós

PARTE I **INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES**

1 INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DOS MARCOS LEGAIS ÀS POLÍTICAS NA UFOPA	21
---	-----------

Amanda Ferreira Tavares Freitas · Terezinha do Socorro Lira Pereira · Polany Correa Gomes · Ivanilson Ribeiro Cardoso · Heliene Pimentel de Sousa

1 INTRODUÇÃO	21
2 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	22
3 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFOPA	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ACESSIBILIZAÇÃO DE SABERES ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA MONITORIA ACADÊMICA DA UFOPA	33
--	-----------

Kássya Christinna Oliveira Rodrigues · Carina da Silva Mota

1 INTRODUÇÃO	33
2 MONITORIA ACADÊMICA NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE	35
3 OBJETIVOS DO PROJETO DE MONITORIA	37
4 METODOLOGIA DO PROJETO DE MONITORIA	38
5 IDENTIFICAÇÕES DA(S) ATIVIDADE(S), CURSOS, ÁREA DO CONHECIMENTO A QUE SE VINCULAM AS ATIVIDADES DA MONITORIA	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

3 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM **47**

Daiane Pinheiro · Thaisy Bentes · Edicarla dos Santos Gonçalves

1 INTRODUÇÃO	47
2. METODOLOGIA	49
3 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS POLÍTICOS E DE ACESSIBILIDADE	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	51
DA INSTITUIÇÃO – OFERTA DE SERVIÇOS	52
DOS ALUNOS – PERCURSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

PARTE II

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: MONITORIA ACADÊMICA DE ACESSIBILIDADE

4 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE MONITOR **65**

Joelcimara Érika Lobato Azevedo

1 INTRODUÇÃO	65
REFERÊNCIAS	72

5 MONITORIA DE ACESSIBILIDADE: UMA REALIDADE DESAFIADORA **73**

Rodolfo Roberto Parente Seade

6 DESAFIANDO E APRENDENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UFOPA: RELATO SOBRE A MONITORIA DE ACESSIBILIDADE **79**

Ana Lúcia Santos da Silva

1 INTRODUÇÃO	79
2 PERÍODO DE ENSINO REMOTO	82
3 PERÍODO PRESENCIAL	83
4 REFLEXÕES	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
7 MONITORIA ACADÊMICA DE ACESSIBILIDADE: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO PERÍODO PANDÊMICO E PÓS-PANDÊMICO	87
<i>Nayra Quetlen Avinte Vieira</i>	
1 ACOMPANHAMENTO DE ALUNO A EVENTO NA ORLA DA CIDADE	89
2 INCOMPREENSÃO DAS COMPETÊNCIAS DOS MONITORES	90
8 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA	91
<i>Lívia Christiny Albarado Correa</i>	
9 INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE: UMA JORNADA PELO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE	97
<i>Lívia Christiny Albarado Correa</i>	
REFERÊNCIAS	100
10 RELATO DE EXPERIÊNCIA: NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	101
11 NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19	105
<i>Igor Picanço</i>	
1 INTRODUÇÃO	105
CASO 01 E 02 - UM CICLO VICIOSO	106
CASO 03 - UNIVERSIDADE PARA ALÉM DE SEUS MUROS	107
CASO 04 E 05 - EXEMPLOS DE SUPERAÇÃO	108
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
SOBRE AS ORGANIZADORAS	111



PREFÁCIO

O acesso das pessoas com deficiência às instituições de ensino superior é acompanhado de desafios que exigem mudanças institucionais para superação de barreiras atitudinais, comunicacionais, físicas, políticas, programáticas e sociais. Apesar da existência de previsão de direitos nas legislações vigentes e, principalmente, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ainda é necessário avançar muito para garantir um atendimento mínimo adequado às pessoas com deficiência dentro do ambiente acadêmico. Tais fatores além de comprometer a formação acadêmica desses discentes, constituem uma violação dos direitos previstos, principalmente na garantia de uma educação com qualidade.

Para as pessoas com deficiência, o ensino superior era algo inatingível, considerando os critérios de seleção que historicamente marcaram o acesso à universidade. Além disso, a cultura universitária foi e, em alguma medida ainda é marcada por padrões de excelência que pressupõem que apenas os “mais capazes”, ou melhor, aqueles que se adaptam a essa cultura, alcancem êxito nos estudos.

Paulo Freire já afirmava que “se aprende com as diferenças, e não com as igualdades”. E o que isso nos faz refletir sobre educação inclusiva? Muitas coisas, pois cada indivíduo é único, seja pela sua cor, classe social, posicionamento político ou condição física.

Minha formação em engenharia civil e mestrado em estruturas de concreto não me dão lugar de fala para abordar sobre o tema, mas minha formação como

cidadão me permite reconhecer que os indivíduos são diferentes, e que devem ser reconhecidos à medida de suas diferenças.

Durante essa trajetória, na minha pesquisa de mestrado eu estudei sobre o desempenho de um novo tipo de armadura de cisalhamento que possuía deficiência na sua ancoragem ao concreto, quando comparada com armaduras convencionais. Dessa maneira, percebi que, por conta dessa deficiência, o seu desempenho estrutural era inferior ao das armaduras convencionais, assim, a solução para que essas novas armaduras pudessem ter desempenho igual ou superior às demais armaduras foi acrescentar um dispositivo complementar, comprovando, após os ensaios em laboratórios, que aquelas armaduras com deficiência na sua ancoragem poderiam alcançar o mesmo desempenho das armaduras sem deficiência na ancoragem.

Mas o que esse exemplo contribui para a discussão sobre inclusão? Não é possível comparar materiais de construção civil com pessoas, mas é possível nos fazer refletir sobre o que podemos fazer para garantir que as pessoas com deficiência possam de fato ser incluídas no processo educacional. Assim como as armaduras com deficiência na ancoragem necessitam de um dispositivo para garantir sua ancoragem no concreto, as pessoas com deficiência necessitam de recursos inclusivos para, efetivamente, serem incluídas em todos os espaços que lhe são garantidos por direito.

E quando falamos sobre esse apoio para garantir a inclusão de pessoas com deficiência, não estamos falando apenas de estrutura física. É claro que é necessário que nossos espaços físicos estejam preparados para receberem pessoas com deficiência, eliminando as barreiras que dificultam a plena autonomia, mas também é fundamental que os espaços educacionais estejam preparados para garantir a inclusão da pessoa com deficiência nos processos educacionais.

E como garantir a inclusão na educação superior em uma universidade multicampi, localizada no coração da Amazônia e pensada com o caráter interdisciplinar e intercultural, como é a Ufopa? É justamente um grande desafio que necessita de grande atenção de toda a comunidade acadêmica e externa.

Neste sentido, este livro trata sobre a experiência dessa jovem universidade na inclusão das pessoas com deficiência, evidenciando a monitoria de acessibilidade como recurso inclusivo a esses estudantes. Expresso meus sinceros agradecimentos aos colegas da Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas que me atribuíram esta enorme responsabilidade de prefaciar esta obra escrita por muitas mãos que acolhem, diariamente, os alunos com deficiência na Ufopa, cujos desejos são de poder estar incluídos em todos os espaços educativos formais

e não formais. Espero que essa leitura contribua para análise do nosso cenário e para avançarmos em propostas de educação inclusiva que contribuam com os esforços por uma sociedade e Universidade mais democrática, justa e solidária.

Luamim Sales Tapajós
 Pró-reitor de Gestão Estudantil-PROGES
 Professor do Curso de Engenharia Civil
Campus Itaituba, Ufopa



APRESENTAÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é uma significativa e importante demanda social, impulsionada por políticas inclusivas derivadas de acordos internacionais ao longo dos anos. No esforço para atender a essa emergência social e às diretrizes legais, as instituições de ensino superior têm implementado diversas estratégias para promover a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (NEE). A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) tem se dedicado a esse objetivo, especialmente por meio de ações organizadas e executadas pelo Núcleo de Acessibilidade (Nuaces).

Entre as iniciativas adotadas pela Ufopa, destaca-se o projeto de ensino “Acessibilidade no Ensino Superior: monitoria de acessibilidade”, conduzido pelo Nuaces. Esse projeto consiste em selecionar alunos de graduação da instituição, por meio de edital interno, para desempenharem atividades de acompanhamento aos alunos público-alvo da Educação Especial regularmente matriculados na Ufopa. Os alunos selecionados, chamados de monitores de acessibilidade, atuam no apoio e na mediação das práticas pedagógicas, na utilização de tecnologias assistivas, na orientação e na mobilidade dos alunos com deficiência que solicitam tal apoio.

Diante da relevância desta estratégia para a promoção da melhor inclusão dos alunos, este livro dedica-se a apresentar as experiências desses monitores, possibilitando uma reflexão sobre os impactos das ações na inclusão adotadas pela Ufopa, sobretudo no que diz respeito à monitoria, e como ela afeta os alunos acompanhados. Além de fornecer informações sobre a constituição do

Núcleo de Acessibilidade na Ufopa e suas realizações, esta obra reúne oito relatos de experiências do Projeto de Monitoria de Acessibilidade, demonstrando expectativas, desafios e possibilidades relacionados ao processo de inclusão dos estudantes com deficiências acompanhados pelos monitores.

Em suma, as experiências demonstram que o projeto de monitoria de acessibilidade tem cooperado na efetivação do atendimento centrado no estar e ser inclusivo. Os monitores, também alunos das licenciaturas e bacharelados da Ufopa, demonstram estar imersos em um novo campo do saber que promove novos aprendizados e experiências que impactam no favorecimento da inclusão dos alunos acompanhados.

O primeiro capítulo, intitulado "A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: dos marcos legais às políticas na Ufopa", escrito por Amanda Ferreira Tavares Freitas, Helene Pimentel Sousa, Ivanilson Ribeiro Cardoso, Polany Correa Gomes e Terezinha do Socorro Lira Pereira, discute o acesso das pessoas com deficiência às instituições de ensino superior. O texto tem como objetivo evidenciar as conquistas da previsão legal de inclusão da pessoa com deficiência e o histórico da educação inclusiva na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

O segundo capítulo, denominado "Educação especial no ensino superior: acessibilização de saberes através do exercício da monitoria acadêmica da Ufopa", escrito por Kássya Christinna Oliveira Rodrigues e Carina da Silva Mota, aborda a construção do projeto de monitoria acadêmica da Ufopa, no qual acadêmicos de diferentes cursos colaboram com o suporte de acessibilidade junto aos estudantes universitários públicos da educação especial matriculados na Ufopa e vinculados ao Núcleo de Acessibilidade. As autoras discutem como, por meio do projeto, foi possível realizar (re)leituras formativas com acadêmicos que, no exercício da monitoria, sensibilizaram-se para a inclusão dos grupos humanos da educação especial no ensino superior.

O terceiro capítulo, intitulado "Inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior: contribuições e desafios institucionais para o processo de ensino aprendizagem" com autoria de Daiane Pinheiro, Thaisy Bentes de Souza e Edicarla dos Santos Gonçalves, busca dar voz aos alunos com deficiência visual incluídos em diferentes cursos na Universidade Federal do Oeste do Pará. O estudo aborda duas dimensões principais, os serviços oferecidos pelo núcleo de acessibilidade desta instituição e o acesso dos estudantes entrevistados as diferentes dimensões pedagógicas e físicas que contribuem, ou não, para seus percursos acadêmicos na instituição.

Do quarto ao décimo primeiro capítulo, os autores são os monitores do Nuaces: Joelcimara Érika Lobato Azevedo, Rodolfo Roberto Parente Seade, Ana Lúcia Santos da Silva, Nayra Quetlen Avinte Vieira, Livia Christiny Albarado Correa, Gisele Santos de Jesus, Larissa Maiara Amorim Picanço e Igor Picanço. Nesses capítulos, os monitores relatam suas experiências no atendimento aos alunos com deficiência. Eles abordam os desafios enfrentados no âmbito educacional, incluindo questões relacionadas à infraestrutura e barreiras atitudinais. Além disso, destacam as experiências positivas que têm facilitado e promovido o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior. Essas experiências trazem situações vivenciadas durante as ações de acompanhamento dos estudantes com deficiência ao longo de seu percurso acadêmico na Ufopa.

Por fim, o livro apresenta um panorama das ações desenvolvidas pelo Nuaces ao longo de sua implantação e implementação na Ufopa, com foco no projeto de monitoria de acessibilidade, bem como as experiências relatadas pelos próprios monitores que acompanham diariamente os estudantes com deficiência.

Além de ser um importante documento de registro interno da atuação do Nuaces na Ufopa, esta obra intitulada "Caminhos para a Inclusão das Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Oeste do Pará: monitoria acessibilidade em foco", se coloca como um instrumento para consulta e orientação de ações adotadas em prol da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Desta forma, a obra foi concebida para possibilitar uma leitura dinâmica, de fácil compreensão e com efeitos que sensibilizam a experiência do leitor.

Boa leitura a todos!

As organizadoras

PARTE I

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES



INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DOS MARCOS LEGAIS ÀS POLÍTICAS NA UFOPA

Amanda Ferreira Tavares Freitas ¹
 Terezinha do Socorro Lira Pereira ²
 Polany Correa Gomes ³
 Ivanilson Ribeiro Cardoso ⁴
 Heliene Pimentel de Sousa ⁵

1 Introdução

O histórico da política para a acessibilidade na Ufopa iniciou com a própria criação da instituição a partir do ingresso na ampla concorrência pelo Processo Seletivo Regular (PSR). Posteriormente, através da alteração, em 2016, na Lei

¹ Mestranda em Educação. Especialista em Inclusão e Diversidade na Educação pela UNIASSELVI. Graduada em Sistemas de Informação pela Ufopa. Técnica Administrativa em Educação na UFOPA. Atualmente, Coordenadora de Inclusão e Diversidade na Pró-reitora de Gestão Estudantil da Ufopa.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutoranda em Educação. Servidora na Ufopa, exercendo até o momento o cargo de vice-coordenadora do Projeto Saberes indígenas na escola.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Linha de pesquisa: Políticas públicas e Estratégias de Desenvolvimento Regional.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade - Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Linha de pesquisa: Direitos Humanos.

⁵ Mestra em Ensino de Humanidades e Linguagens pela Universidade Franciscana (2018-2020). Especialização em Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia Preventiva, pela Universidade Estadual do Pará (2013), Especialização em Educação Inclusiva pela Universidade Barão de Mauá (2014). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2010).

Federal n. 12.711/12 (Lei de Cotas), que ampliou a política possibilitando o acesso de pessoas com deficiência, por meio de cotas específicas, nos cursos de graduação ofertados pela Ufopa e em outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Caminhando cada vez mais na perspectiva de incluir com respeito às diferenças e seguindo o que preconiza Bernandes (2010), de que a essência da humanidade possui diferenças, é de suma importância para a convivência entre as pessoas e para inserção dos alunos no ambiente escolar. Além disso, é importante reconhecer as diferenças e aprender a conviver com elas, pois mesmo entre os alunos sem deficiência, existem diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

Gomes (2021), afirma que a palavra incluir, cujo sentido se faz muito mais amplo e abrangente, demonstra preocupação não somente com a integração, e sim todo um comportamento social que deve ser modificado permitindo que todas as pessoas tenham suas necessidades assistidas de forma eficaz e direcionada, atendendo exatamente o que a pessoa com deficiência necessita.

Neste sentido, as diretrizes sobre Educação Inclusiva contidas neste capítulo seguem os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, de 2006, que foi incorporada pelo Brasil como Emenda Constitucional em 2009, pelo Decreto Federal n. 6.949/2009 da Casa Civil. Tais princípios também foram incorporados na Lei Brasileira de Inclusão de 2015 (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015), que entrou em vigor em janeiro de 2016.

Considerando as mudanças ocorridas em termos legais, objetiva-se, neste capítulo, apresentar, mesmo que de forma sucinta, sobre os marcos legais que garantem o acesso das pessoas com deficiência às instituições de ensino superior. O texto visa ainda evidenciar as conquistas obtidas a partir da previsão legal de inclusão da pessoa com deficiência e do histórico da educação inclusiva da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

2 A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior

A necessidade de institucionalização de um núcleo de acessibilidade ou setor correspondente na educação superior para acompanhar o discente com deficiência, além de ser um imperativo ético, moral e de direito humano do público-alvo da educação especial, garante o acesso à educação em todos os níveis e modalidades da educação que está presente na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988).

A exigência de que os cursos de graduação contemplassem nos currículos a formação docente e de outros profissionais que atuam diretamente com o público com

deficiência e superdotação aparece na Portaria n. 1.793, de dezembro 1994 (BRASIL, 1994), a qual sinaliza a necessidade de que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação insiram temáticas relacionadas ao trabalho e interações com pessoas com deficiência dos mais variados perfis e existência de um núcleo de acessibilidade.

Em 1996, no formato de Aviso Circular n. 277 do MEC (BRASIL, 1996a), delega às universidades a responsabilidade de promover uma política educacional voltada para a pessoa com deficiência até então denominada de “portadores de necessidades especiais”, assim como orienta para uma “adequação estrutural das IES”.

No mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN n. 9.394/96 (BRASIL, 1996b) é aprovada dedicando um capítulo inteiro à Educação Especial, o qual fornece premissas fundamentais para o desenvolvimento de sistemas de ensino inclusivos. Nessa perspectiva, as universidades se inserem apropriando-se de legislações voltadas para a seguridade de direitos mais amplos como a Lei n. 10.048/2000, que versa sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, a Lei n. 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em relação à comunidade surda, em 2022, a Lei n. 10.436, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil e, em 2005, o Decreto Federal n. 5.626 regulamentou a referida Lei criando dispositivos como a obrigatoriedade da disciplina nos cursos de formação de professor de demais como optativa.

Em 2003, a Portaria do MEC n. 3.284 (BRASIL, 2003) dispôs a respeito dos requisitos de acessibilidade de pessoas “portadoras de deficiências”, com vistas a orientar sobre processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de educação superior. Esses condicionamentos e exigências, progressivamente, mesmo que ainda de forma tímida, determinam iniciativas das universidades públicas federais a buscar institucionalizar políticas de acessibilidade e inclusão.

Em seguida, em 2004, foi publicado o Decreto n. 5.296/2004 (BRASIL, 2004), que, ao regulamentar as Leis n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, reforça sobre o direito à prioridade e critérios centrais no tocante à acessibilidade que precisamos adotar como instituição pública. Nesse caso específico, surge à necessidade da existência de um núcleo de acessibilidade para divulgar, orientar e assessorar os diferentes setores da universidade, considerando a sua atuação transversal e a necessidade de compor e dialogar com as unidades acadêmicas e administrativas de uma universidade.

Diante desse cenário, é aprovada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008. A Política destaca entre os objetivos

centrais a “Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior”. Nesse sentido, enfatiza que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p. 12).

Referente ao acesso, mais tardiamente, esse debate chega ao cenário das políticas de ações afirmativas no Brasil. Inicialmente, em 2012, com a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), na qual prevê a reserva de cotas para o ingresso nas universidades federais públicas e nas instituições federais de ensino técnico e tecnológico, de nível médio. Quatro anos após a alteração da referida Lei Federal pela Lei n. 13.409/2016 (BRASIL, 2016b), que incluiu as pessoas com deficiência como público-alvo beneficiário desta política de acesso a reservas de vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino.

Em 2013, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, publicou o Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior Secadi/SESu-2013 (BRASIL, 2013), no qual foi possível balizar alguns aspectos sobre a inclusão de alunos com deficiência na educação superior, negligenciados em outros documentos diretivos e legais. Para estruturar os núcleos, definir seu papel, objetivos, linhas de ação, organização e funcionamento, este documento auxilia, mas não é suficiente.

Com a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que aprova a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), há um avanço compreensivo em questões terminológicas sobre deficiência, inclusão e acessibilidade. Avança-se em diretrizes a serem cumpridas pelas Instituições de Ensino Superior, fortalecendo ainda mais a representatividade dos núcleos de acessibilidade e reflexões que suscitem necessidades urgentes da composição de equipe multidisciplinar para atuar no núcleo.

Por fim, conforme afirma Dalla e Rocha (2016), para além de direito, a inclusão e a diversidade devem ser entendidas como um valor para a sociedade contemporânea, principalmente para as instituições de ensino superior que deveriam priorizar o ensino de qualidade para todos os alunos, provendo o acesso à formação, informação e conhecimento, aprimorando os sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizado. Nesse sentido, discorreremos na seção seguinte sobre o caminho que a Ufopa tem trilhado para garantir a inclusão dos alunos com deficiência.

3 A inclusão dos alunos com deficiência na Ufopa

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, multicampi, com sede na cidade de Santarém – PA e sete campi regionais nas cidades de Juruti, Oriximiná, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer. Criada em 5 de novembro de 2009, através da Lei n. 12.085/2009, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa foi criada em 14 de abril de 2014 com a missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares, o discente, em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória Estudantil. Além disto, atua nas ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, em vista do bom desempenho acadêmico.

A Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA) está vinculada à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa. No organograma da diretoria estão vinculadas a Coordenação de Inclusão e Diversidade (Cidi), o Núcleo de Acessibilidade (Nuaces) e o Núcleo de Práticas Restaurativas (Nuprare). As políticas, os projetos, as ações e as atividades desenvolvidas pela DPEAA, Cidi, Nuaces e Nuprare estão em consonância com os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI/Ufopa e com demais objetivos que estejam pautados na promoção e efetivação da igualdade de oportunidades.

Conforme o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao quadriênio de 2019 a 2023, a Ufopa foi criada em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e, contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação, entre as quais estava o Programa de Apoio ao Reuni, que tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência do maior número de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos já disponíveis.

Ainda segundo o PDI, a criação da universidade instalada no interior da Amazônia brasileira foi motivada por fatores regionais tais como: a) relevância no acesso ao ensino superior, sobretudo, de pessoas que compõem as comunidades e aldeias indígenas, populações tradicionais, ribeirinhas, além de outras que residem na área geográfica próxima à Ufopa e, também, de outras regiões do Brasil; b) a inclusão social e a valorização local principalmente da região

Oeste do Pará e Baixo Amazonas; c) o aumento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovações, além de demais aspectos de impacto regional, local e educacional. Fatores necessários para garantir a formação de recursos humanos e profissionais qualificados e capazes de contribuir para a solução dos grandes desafios colocados ao país, sobretudo, em relação à Amazônia, no que tange à defesa da diversidade étnico-racial, cultural, linguísticas, assim como a valorização de seus recursos naturais.

O histórico da política para a acessibilidade na Ufopa iniciou com a criação da instituição a partir do ingresso da pessoa com deficiência pela ampla concorrência do Processo Seletivo Regular (PSR), e, posteriormente, através da alteração na Lei Federal n. 12.711/12 (Lei de Cotas) que possibilitou a ampliação do acesso de alunos com deficiência nos cursos de graduação ofertados pela Ufopa, assim como em outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Nos anos posteriores à alteração da Lei, viu-se na Ufopa o aumento do quantitativo de pessoas com deficiência adentrando aos mais variados cursos de graduação da instituição. Era urgente, então, iniciar uma política para a inclusão que atendesse as pessoas que estavam chegando à instituição em maior dimensão.

Nessa direção, em 2017, foi publicada a Resolução n. 200/2017, na qual institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, que entre suas finalidades está:

A defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos da pessoa com necessidades específicas, bem como, a diminuição da desigualdade e ao combate a todo tipo de discriminação e preconceito (Resolução n. 200/2017, p.2).

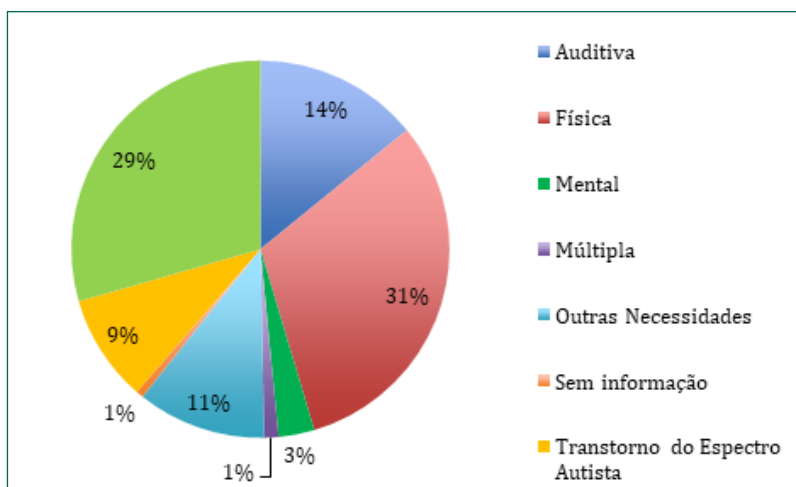
A Resolução permitiu avançar em diretrizes a serem cumpridas pela Ufopa, reforçando ainda mais a necessidade de se construir políticas que garantam o acesso e permanência qualificada de todo o público-alvo das ações afirmativas. Os inúmeros desafios em relação à permanência dos estudantes com deficiência nos cursos de graduação não inviabilizaram que a Ufopa ampliasse o acesso dessas pessoas também nos cursos de Pós-Graduação, por isso em 2019 foi aprovada a Resolução n. 314/2019, que institucionalizou a Política de Ações Afirmativas para inclusão de negros (pretos e pardos), quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Ufopa.

Os dados com relação ao acesso revelam a ampliação que a Ufopa tem proporcionado à pessoa com deficiência. O quantitativo de estudantes com deficiência na Ufopa até o final do ano de 2022 somavam 144 estudantes com

deficiências na Graduação e 4 na Pós-Graduação representados em cinco categorias de deficiências: física, mental, visual, auditiva e outras necessidades, de acordo com informações obtidas do Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA/Ufopa).

Em função da não permissão do SIGAA quanto ao cadastro dos estudantes com o Transtorno do Espectro Autista, não é possível obter o perfil e o mapeamento de forma mais qualificada deles através do sistema. Em razão disso, a Coordenação de Inclusão e Diversidade (Cidi), elaborou um formulário via *Google Forms*, a fim de mapear esses estudantes na Instituição. O link foi divulgado no site da Proges/Ufopa, bem como nas redes sociais com o intuito de alcançar o maior número de pessoas sobre o mapeamento. E com isso, no final de 2022, pelos resultados obtidos por este formulário constatou-se que a Ufopa tem, pelo menos, 15 (quinze) estudantes autistas. Dessa forma, constatou-se que a Ufopa conta com uma comunidade acadêmica de 163 (cento e sessenta e três) estudantes com necessidades específicas, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Quantitativo dos discentes com deficiência



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades/SIGAA/UFOPA/2022.

Embora ainda não suficiente e com poucas prerrogativas para atendimento à pessoa com deficiência, pois apenas no artigo 6º da Resolução n. 200/2017, que trata do Núcleo de Acessibilidade como um dos Instrumentos das Ações Afirmativas, a Resolução permitiu avançar em diretrizes a serem cumpridas pela Ufopa, reforçando ainda mais a necessidade de se construir políticas que garantam o acesso e permanência qualificada de todo o público-alvo das ações afirmativas.

Nessa direção, o Núcleo de Acessibilidade através da Coordenação de Inclusão e Diversidade tem se esforçado para realizar ações que garantam a melhoria do atendimento aos alunos com deficiência. Essas ações incluem:

- a) **Projetos de Acessibilidade:** projetos que visem melhorar a infraestrutura do campus, tornando-o mais acessível a estudantes com deficiência, como adaptações arquitetônicas, criação de rotas acessíveis, entre outras medidas.
- b) **Formações para a Comunidade Acadêmica:** programas de formação e capacitação para professores, funcionários e alunos, a fim de conscientizá-los sobre a importância da inclusão e fornecer orientações práticas sobre como adotar práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula.
- c) **Cartilhas informativas:** Elaboração cartilhas ou guias informativos com as principais diretrizes e estratégias de acessibilidade na universidade, abordando tanto questões físicas como digitais.
- d) **Documentos normativos:** documentos que consolidem as políticas e diretrizes de acessibilidade da universidade, estabelecendo padrões e normas para garantir a inclusão de estudantes com deficiência.
- e) **Tecnologia Assistiva:** disponibilização e o uso de tecnologias assistivas na universidade, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso a recursos que facilitem sua participação nas atividades acadêmicas.
- f) **Apoio Individualizado:** suporte individualizado aos alunos com deficiência, compreendendo suas necessidades específicas e fornecendo orientação adequada para ajudá-los em suas demandas acadêmicas.

Apesar dos esforços institucionais para proporcionar aos discentes com deficiência maior qualidade educacional e diminuir as barreiras existentes na Ufopa, observa-se que muito ainda necessita ser feito para minimizar os desafios enfrentados pelos discentes que estão relacionados desde metodologias acessíveis na sala de aula às barreiras arquitetônicas.

Além disso, é importante envolver os próprios estudantes com deficiência na identificação de obstáculos e na formulação de soluções. Seus conhecimentos e perspectivas são essenciais para entender as necessidades específicas e implementar as melhorias adequadas. Tornar-se necessário avançar, pois a Ufopa é a única instituição de ensino superior federal localizada nesta região o que a torna polo referencial com expectativa para o acesso ao ensino superior dos mais variados públicos, sobretudo, dos grupos sociais

Considerações finais

Ao longo dos anos, documentos oficiais foram criados no Brasil para garantir o acesso das pessoas com deficiência às instituições de ensino superior, buscando assegurar a inclusão educacional e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Como apresentado neste capítulo, a Política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva traz as Universidades diversas responsabilidades com o objetivo de abrir suas portas às pessoas com deficiências. Na Ufopa a partir da previsão legal e do histórico da educação inclusiva, a instituição tem buscado implementar políticas e ações, projetos, formações, cartilhas e documentos que garantam a melhoria do atendimento aos alunos com deficiência.

A dificuldade em garantir a permanência dos estudantes com deficiência no Ensino Superior é um desafio compartilhado por muitas instituições de ensino em todo o mundo. Embora a política de reserva de vagas seja um passo importante para promover a inclusão, é essencial ir, além disso, e enfrentar outros obstáculos que podem afetar a permanência dos estudantes com deficiência na universidade.

Garantir a inclusão dos alunos com deficiência não é apenas uma questão de cumprimento de direitos, mas também de enriquecimento da comunidade acadêmica como um todo. A diversidade traz diferentes perspectivas, experiências e habilidades, o que pode enriquecer o ambiente educacional e promover uma maior compreensão e respeito pela pluralidade da sociedade.

A Ufopa tem buscado trilhar um caminho em direção à garantia da inclusão dos alunos com deficiência, implementando políticas e ações concretas para promover a acessibilidade e a igualdade de oportunidades. Ao trilhar esse caminho, a Ufopa reforça seu compromisso com a educação inclusiva e o respeito à diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados e conscientes da importância da inclusão na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

BERNARDES, Adriana Oliveira. Da integração à inclusão, novo paradigma. **Revista Educação Pública**, v. 10, n. 9, 16 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular Nº 277/MEC/GM**. Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2022. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Língua Brasileira de Sinais - Libras, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministro da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 - LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098,

de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**: síntese das ideias principais. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL, **Lei n. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.085**, de 5 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria n. 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. (DOU Nº 219, 11/11/2003, SEÇÃO 1, p. 12).

BRASIL. **Resolução n. 200/2017-CONSEPE/UFOPA**, de 8 de junho de 2017, que institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-racial na Ufopa. Disponível: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução n. 314**, de 23 de dezembro de 2019. Aprova a Política de Ações Afirmativas para inclusão de negros (pretos e pardos), quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2020/57d9ea5577edfob8cfb9a557d4f7b385.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

DALLA DÉA, V. H. S.; ROCHA, C. Política de acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: construção do documento. **Polyphonía**, Goiânia, v. 28, p. 45-64, 2016.

GOMES A.C. **Inclusão na educação superior**: formação e experiência docente. São Paulo, 2021.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI), aprovado pela **Resolução n. 270/2019** do Conselho Universitário (Consun), resume as orientações para as ações da universidade nas áreas acadêmica e administrativa para o período de 2019 a 2023.

SISTEMA INTEGRADO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS (SIGAA). Disponível em: <https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/ensino/discente/busca.jsf>. Acessado em: set. 2022.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação, marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Disponível em: <http://crrm.nepp-dh.ufrj.br/onu12-2.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.



EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: UM PROJETO DE ACESSIBILIZAÇÃO DE SABERES ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA MONITORIA ACADÊMICA

Kássya Christinna Oliveira Rodrigues¹
Carina da Silva Mota²

1 Introdução

Este texto versa sobre a construção do projeto de monitoria acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), do qual acadêmicos de variados cursos matriculados em diferentes Institutos da referida universidade poderiam concorrer a vagas de monitoria. A partir desta, colaborariam com o suporte de acessibilidade junto aos estudantes universitários pertencentes à educação especial³ matriculados na Ufopa e vinculados ao Núcleo de Acessibilidade no ano de 2019.

1 Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Psicóloga pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES). Pedagoga pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Integrante do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – Nep/Uepa participante do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos/Ufopa. E-mail: kassyaor@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2433-9167>.

2 Doutoranda pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação. Especialista em Libras e Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: prof.calsb@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0647-0877>.

3 Estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação, surdos e com transtorno do espectro autista.

Dessa maneira, o projeto de monitoria acadêmica, já bem descrito nos capítulos anteriores, teve por objetivo desenvolver com os monitores estratégias pedagógicas formativas para a inclusão dos acadêmicos pertencentes à Educação Especial vinculados à Ufopa que necessitassem de suporte para acessibilidade; promover processos formativos com os monitores vinculados ao Núcleo de Acessibilidade; produzir recursos e/ou produtos que permitissem maior acesso aos saberes sistematizados por estudantes pertencentes à educação especial incluídos.

Entre os procedimentos metodológicos, o projeto apropriou-se da pesquisa participante que, segundo Thiollent (2009), Brandão (2003) e Freire (1981), são pressupostos teórico-metodológicos que colaboram com a construção de estratégias para a inclusão de acadêmicos da educação especial a partir da atuação dos monitores selecionados em editais com chamadas para o exercício da monitoria junto ao Núcleo de Acessibilidade.

Os participantes a quem se destinou esta investigação foram acadêmicos selecionados no processo seletivo de monitoria acadêmica que, envolvidos nas ações do Núcleo de Acessibilidades, foram convidados a implicarem-se ética e politicamente com os acadêmicos que compunham a educação especial e que necessitavam de suporte de acessibilidades no cotidiano de suas formações acadêmicas.

Neste sentido, implicar-se com o estudo e com as atividades do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa possibilitou a compreensão da superação da pura descrição de fatos “encontrados” em campo (exercício da monitoria) que, em muitas circunstâncias, poderiam ser ajuizados pelo olhar e posturas etnocêntricas/autoritárias do pesquisador. Neste contexto, implicar-se significa:

Considero importante, nesta altura de nossa conversa, insistir mais uma vez sobre o caráter político da atividade científica. A quem sirvo com minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção exprimindo a nossa coerência na nossa própria prática (FREIRE, 1983, p. 36).

Nesse sentido, este estudo buscou investigar a formação do acadêmico-monitor e a provocação do desenvolvimento acadêmico-científico e inclusivo de estudantes pertencentes à educação especial incluídos em cursos de formação de nível superior da Ufopa. Assim, este capítulo está organizado com as seguintes seções: 1. Introdução; 2. Monitoria acadêmica no Núcleo de Acessibilidade; 3. Metodologia do projeto de monitoria e, por fim, as considerações, que selam a escrita do presente capítulo.

2 Monitoria acadêmica no núcleo de acessibilidade

O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, criado em 2014, objetiva promover o acesso e a permanência de acadêmicos pertencentes à Educação Especial no ensino superior através da quebra de barreiras arquitetônicas, atitudinais e acadêmicas, considerando-se o que está descrito no artigo 1º da Lei Brasileira de Inclusão, o qual expressa:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p. 1).

Desse modo, o acompanhamento de Acadêmicos da educação especial matriculados em cursos de nível superior da Ufopa implicou práticas pedagógicas, as mais adequadas possíveis, para que eles pudessem se apropriar dos saberes veiculados na universidade, considerando-se as especificidades dos cursos em que estavam matriculados.

Assim, a Ufopa desenvolve, entre suas estratégias de acompanhamento dos estudantes da Educação Especial, a monitoria acadêmica regulamentada pela instrução normativa nº 01/2012 – Proen de 9 de maio de 2012. Este documento propõe que o programa de monitoria acadêmica envolva docentes e discentes da universidade e seja “efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados”.

A literatura pontua que a monitoria objetiva “despertar, no estudante, o interesse pela docência e promover a cooperação entre os corpos docente e discente, em benefício da qualidade do ensino, ministrado pela Instituição” (REETZ, SCHMIDT, BECKER, 2017, p. 37). Os autores tratam sobre o benefício da monitoria para o acadêmico monitor, mas há que se refletir também que o exercício da monitoria impulsiona um ambiente formativo tanto para o acadêmico monitor quanto para os acadêmicos que vivenciam a prática docente viabilizada na relação monitor acadêmico-acadêmicos pertencentes à educação especial.

Diante da compreensão da monitoria como um despertar para a docência é que se coloca uma situação problema: como desenvolver a monitoria acadêmica no Núcleo de Acessibilidade com pessoas pertencentes à educação especial de modo a garantir acessibilidade a esses estudantes matriculados em diferentes cursos de formação de nível superior?

A partir da problematização inscrita acima, considera-se importante destacar que a compreensão de sala de aula, no contexto do exercício da monitoria

no Núcleo de Acessibilidade, está para além da imagem mental de um espaço retangular com quadro branco que agrega pessoas para clássicos encontros em que são discutidos um rol de conteúdos com o método expositivo, no qual há aquele que fala e aqueles que, meramente, escutam. Neste texto, considera-se monitor um ser facilitador do aprendizado em sala de aula conforme as reflexões de Reetz, Schmidt e Becker (2017).

Todavia, a sala de aula proposta neste projeto se configura em múltiplos espaços em que o acadêmico-monitor, orientado por professores de sua área de formação específica e de docentes especialistas do campo da educação especial, vinculados ao Núcleo de Acessibilidade, possa cooperar com orientações alternativas para a docência, no intuito de que acadêmicos da educação especial sejam mais bem conduzidos em suas formações.

A sala de aula, no exercício da monitoria realizada no Núcleo de Acessibilidade, é uma sala de aula ampliada, a partir da qual os monitores que promovem acessibilidade acessam os espaços que o acadêmico da educação especial ocupa. Aulas em campo desenvolvidas em feiras públicas, mata, laboratórios, salas de aula, auditórios, praças, entre outros espaços.

A sala de aula se configura em espaços nos quais os monitores promovem cursos de formação básica em áreas de conhecimento que agregam saberes do campo da educação especial (Braille, Libras, Orientação e mobilidade, entre outros); outro contexto significado como sala de aula na monitoria realizada no Núcleo de Acessibilidade é aquele em que são produzidos materiais pedagógicos acessíveis, bem como em que o monitor atua como suporte de apoio pedagógico aos acadêmicos da educação especial para que estes possam se apropriar dos saberes disponíveis no meio em que estão inseridos.

Assim, o exercício da monitoria desenvolvida no contexto do Núcleo de Acessibilidade é ímpar, visto que se realiza com acadêmicos oriundos da Educação Especial. Dessa forma, há que se agregar ao exercício da monitoria tanto saberes específicos de determinadas áreas de conhecimento, orientadas por profissionais de áreas específicas, como de saberes sobre a inclusão educacional de acadêmicos da educação especial matriculados em cursos de nível superior, orientados por professores da Educação Especial e Inclusiva.

Importante destacar o que Carvalho conceitua como objetivo da monitoria: “promover a melhoria da qualidade de ensino através do nivelamento dos alunos monitorados, através do aprofundamento teórico e o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à atividade docente do monitor” (CARVALHO, 2009, apud REETZ, SCHMIDT, BECKER, 2017, p. 37). Todavia, no Núcleo de Acessibilidade, o objetivo da monitoria se estende de modo que, aos

monitores, são conferidos maiores desafios, uma vez que é exigido que tenham habilidades em componentes curriculares básicos de seus campos formativos específicos, bem como a sensibilidade para aprender/conhecer/saber ou já ter a destreza de alguns saberes da Educação Especial, como conhecimentos básicos da LIBRAS, do BRAILLE, da Acessibilidade, da produção de material didático, da tecnologia assistiva.

O acadêmico-monitor passa por um processo formativo e experiencial singular, visto que aprende a agregar os saberes específicos de sua área formativa com os saberes pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva. Esse movimento formativo provoca no acadêmico-monitor seu desenvolvimento profissional para a inclusão de grupos humanos historicamente segregados. Desse modo, o acadêmico-monitor tem o seu corpo sensibilizado para lidar com as diferenças inscritas no campo da educação especial; sensibilidade que o toca também no campo do magistério, gerando a possibilidade de atuação profissional que permita a expansão de processos inclusivos, caso este acadêmico-monitor opte pelo exercício da docência em seu campo de saber, fazer.

Reitera-se neste capítulo que a monitoria é uma atividade acadêmica desenvolvida por graduandos de diferentes cursos de formação de nível superior sob a supervisão e orientação do profissional professor que colabora com o Núcleo de Acessibilidade, conforme apresentado a seguir.

3 Objetivos do projeto de monitoria

Entre os objetivos inscritos no projeto de monitoria acadêmica, destacaram-se: **a)** desenvolver monitoria acadêmica com estudantes pertencentes à educação especial, e objetivamente; **b)** desenvolver formação: palestras, oficinas, cursos, formação “Interação de saberes” sobre a inclusão de estudantes pertencentes à educação especial no ensino superior com monitores orientados pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufopa; **c)** realizar rodas de conversas sobre o atendimento e dificuldades dos discentes pertencentes à educação especial; **d)** elaborar planos de ações e atendimento dos monitores; **e)** organizar oficinas de criação para materiais didáticos adaptados; **f)** acessibilizar materiais dos componentes curriculares que os estudantes da Educação Especial estiverem matriculados (testar e registrar em diários os resultados); **g)** acompanhar, quando necessário, acadêmicos da Educação Especial em atividades acadêmicas diversas; **h)** introduzir o Projeto integrado de ensino articulado também pesquisa e extensão dos docentes; **i)** desenvolver cursos de curta duração da área de Educação Especial e Inclusiva; **j)** participar de reuniões sistemáticas com professores orientadores da

monitoria; **k)** realizar estudos sistemáticos sobre Educação Especial e Inclusiva; **l)** elaborar relatório semestral e artigos científicos anuais das ações de monitoria desenvolvidas no Núcleo de Acessibilidade; **m)** elaborar um acervo de material acessibilizado e disponibilizar na página do Núcleo; **n)** articular um seminário de socialização das atividades desenvolvidas durante o ano.

Percebe-se a complexidade de atuação a que são submetidos os monitores do Núcleo de Acessibilidade que, na interlocução com professores orientadores e com os estudantes atendidos, vão criando estratégias pedagógicas nas quais a inclusão seja princípio orientador.

4 Metodologia do projeto de monitoria

Metodologicamente, o projeto do Núcleo de Acessibilidade ancora-se no estudo qualitativo, do tipo pesquisa participante. Thiollent (2009) e Freire (1981) consideram que a investigação qualitativa deve priorizar as situações-problema mais significativas da comunidade para a construção de um projeto formativo inclusivo.

E, sobre isso, comunica Thiollent (2009, p. 54) “os objetivos dizem respeito aos problemas considerados como prioritários, ao campo de observação, aos atores e ao tipo de ação que estarão focalizados no processo de investigação”.

Freire (1981) pontua que, no exercício da pesquisa alternativa, o pesquisador implicado precisa se comprometer ética, política e solidariamente com os participantes de seu estudo. Neste sentido, para Freire e Shor (1986, p. 12), o diálogo constitui centralidade no processo do estudo participante por pertencer “à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual”.

Os participantes desse estudo são os acadêmicos-monitores da Ufopa e professores colaboradores da sede e campi. As ações de monitoria foram desenvolvidas com a proposição de formação inicial para o acompanhamento de estudantes da educação especial matriculados em diferentes cursos da Ufopa.

Realizou-se, com os acadêmicos-monitores, reuniões sistemáticas semanais de orientações que possibilitassem dirimir dúvidas relacionadas ao exercício da monitoria; reuniões de estudos quinzenais sobre temas pertinentes à monitoria e à programação de atividades pedagógicas e de acompanhamento a serem desenvolvidas com os acadêmicos da educação especial. Alguns professores colaboradores do presente projeto auxiliaram com esse processo formativo permanente ao longo de execução no ano de 2019.

A acessibilização e a produção de materiais didático-pedagógicos colaboraram com a melhoria do aprendizado de acadêmicos da educação especial, visto

que passaram a acessar textos em voz e/ou em Braille, textos em PDF acessíveis; materiais adaptados de leituras gráficos e imagens; descrição de imagens, gráficos, mapas com o auxílio do professor regente de sala de aula, bem como com o apoio da comunicação através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A monitoria do Núcleo de Acessibilidade realiza-se também com a orientação e mobilidade do aluno com deficiência visual no trajeto percorrido por ele dentro da instituição, acompanhamento em atividades como: aulas, seminários, trabalhos práticos, experiências de laboratório, quando solicitado previamente.

O atendimento ao acadêmico da educação especial na sala do Núcleo é facilitado por monitores, sob a supervisão de professores, que utilizam tecnologias assistivas, como leitores de texto, Dosvox e NVDA, a máquina de escrever em Braille, a lupa, a comunicação por meio da Libras para organização de trabalhos e seminários, bem como a adaptação e a produção de materiais didático-pedagógicos que possibilitem suporte aos acadêmicos nas aulas.

A monitoria acadêmica realizada no Núcleo de Acessibilidade articulou-se ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, e o exercício da monitoria respeita o tempo de formação inicial vivida pelo acadêmico-monitor, de modo que a atuação na monitoria não causasse qualquer prejuízo à sua atividade acadêmica. Neste sentido, a monitoria permite o crescimento de acadêmicos de variados cursos, despertando neles o interesse pela docência.

5 Identificações da(s) atividade(s), cursos, área do conhecimento a que se vinculam as atividades da monitoria

As atividades desenvolvidas pelos monitores do Núcleo de Acessibilidade visavam a contribuir com o processo de formação acadêmica do graduado matriculado em diferentes cursos de nível superior da Ufopa, com foco na colaboração ao atendimento do acadêmico da educação especial.

Neste contexto, o acadêmico monitor inserido no Núcleo aprofundava os estudos voltados ao campo da educação especial inclusiva a partir do aprendizado e da aquisição de habilidades para produção, adaptação de materiais necessários ao processo de ensino-aprendizagem. A seguir, destaca-se um quadro produzido pelas autoras, nomeado “Plano de Atividades”, constituído de duas colunas e treze linhas. Da esquerda para a direita, as colunas apresentam as respectivas informações “atividades” e “descrição”.

Dessa forma, deve-se seguir três passos principais: preparação, lavagem e secagem:

Quadro 1 - Plano de atividades

Atividades	Descrição
Atendimento cotidiano	Bisturi, Eletrocautério (usado somente para diérese interna, pois não permite boa cicatrização da incisão), Tesoura Mayo e Metzenbaum
Atividades Externas	Acompanhamento em aulas de campo, laboratórios, visitas técnicas e estágio (entre outros), quando solicitado ao Núcleo de Acessibilidade com antecedência mínima de uma semana.
Ações do Núcleo de Acessibilidade na Educação Básica com o projeto	Apresentação das ações do Núcleo de Acessibilidade na Educação Básica, especialmente nas séries finais do ensino médio, com a finalidade de incentivar os alunos da Educação Especial para ingresso no ensino superior.
Oferta de curso escrita de textos acadêmicos	Curso de curta duração com direcionamento para produção de textos, resumo, resenha e escrita de artigos científicos.
Grupo de Estudo Incluir	Escuta dos estudantes da educação especial com levantamento de demandas de suas necessidades.
Planejamento e Estudo	Este diz respeito à orientação e ao estudo realizado no ambiente da sala do Núcleo de Acessibilidade
Produção e Acessibilização de material didático	Produção de material didático para diferentes áreas do conhecimento demandadas tanto pelo exercício da monitoria no Núcleo, quanto pela solicitação de algum docente. No Núcleo, dentro dos recursos disponíveis, buscou-se acessibilizar o material em formato de áudio, transcrito em BRAILLE, escaneado ou, ainda, produções de maquetes e outros materiais concretos possíveis de se produzir.
Oferta de cursos, minicursos e oficinas	Propostas de formação contínua em Educação Especial pelos acadêmicos monitores e professores colaboradores.
Organização de eventos	Apoio e organização de eventos desenvolvidos pelo Núcleo de Acessibilidade.
Acolhimento inicial dos calouros	O acadêmico da educação especial que apresentar dificuldades de locomoção, comunicação e/ou outra necessidade receberá apoio inicial do Núcleo de Acessibilidade, através do acompanhamento de acadêmicos-monitores orientados por professores regentes de sala de aula e especialistas no início de sua jornada no ensino superior até que consiga obter a autonomia necessária para transitar e/ou se comunicar nos diferentes espaços da universidade
Rodas de conversa temáticas	Encontro bimestral com os acadêmicos da Educação Especial para discussão de temas que sejam do seu interesse com a orientação e profissionais habilitados para mediar as problematizações
Participação em eventos	O acadêmico-monitor será provocado a participar de eventos científicos de modo a articular os saberes produzidos com as práticas da monitoria, bem como a divulgar as propostas de inclusão acadêmica referenciada pela educação especial na Ufopa

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades/SIGAA/UFOPA/2022.

Percebe-se, no quadro acima, uma série de atividades vinculadas ao exercício da monitoria acadêmica desenvolvida no Núcleo de Acessibilidade. Neste

sentido, o acadêmico da universidade que se coloca ao desafio de realizar esta monitoria vivencia, em seu processo formativo inicial, amplo espectro de experiências com os grupos humanos da educação especial, situação que lhe permite aprender mais sobre como lidar com os diferentes marcadores de diferenças agregados às deficiências, ao transtorno do espectro do autismo, à surdez e às altas habilidades/superdotação.

A seguir, destaca-se o Quadro 2, produzido pelas autoras, intitulado “Cronograma de execução das atividades do Projeto”, constituído de duas colunas e onze linhas. Lê-se, na primeira linha, da esquerda para a direita, respectivamente, “mês” e “atividades”. As demais linhas esmiúçam atividades planejadas para cada mês pelo Núcleo de Acessibilidade em parceria com os acadêmicos-monitores, docentes da instituição e professores especialistas.

Quadro 1 - Plano de atividades

Mês	Atividades
Março	- Formação com os monitores “Interação de saberes”; - Planejamento das atividades e estudo – organização dos planos de trabalhos com/dos acadêmicos monitores para execução das atividades; - Acolhimento inicial dos calouros; - Encontro com professores colaboradores do projeto.
Abril	- Ofertas de cursos minicursos e oficinas da Educação Especial; - Primeira Roda de conversa.
Mai	- Estudo sistemático; - Ofertas de cursos minicursos e oficinas da Educação Especial.
Junho	- Segunda Roda de conversa; - Ofertas de cursos minicursos e oficinas da Educação Especial.
Julho	- Elaboração de relatório parcial – planejamento de seminário de culminância da monitoria do Núcleo de Acessibilidade; - Estudo para atividades com estudantes da Educação Básica.
Agosto	- Terceira Roda de conversa.
Setembro	- Ofertas de cursos minicursos e oficinas da Educação Especial; - Participação em seminários e jornadas.
Outubro	- Quarta Roda de conversa; - Ofertas de cursos minicursos e oficinas da Educação Especial.
Novembro	- Elaboração de relatório final; - Participação dos estudos sistemáticos pela monitoria.
Dezembro	- Finalização da monitoria com entrega de relatórios; - Apresentação de seminário com a culminância das ações desenvolvidas na monitoria do Núcleo de Acessibilidade

Fonte: Produzido pelas autoras (2019)

Entre as atividades pontuadas no Quadro 2, três compunham uma rotina mensal da monitoria, a saber: a) a produção e acessibilização de material didático; b) o atendimento cotidiano, e; c) as reuniões quinzenais. Outras ações como: a) as rodas de conversa; b) a oferta de cursos e minicursos; c) a apresentação de seminários, e; d) a realização de relatórios parciais e finais, por demandarem maior tempo para planejamento, organização tiveram uma sistemática com menor frequência para que os monitores-acadêmicos pudessem conciliá-las com as suas atividades enquanto acadêmicos vinculados a um curso de formação inicial de nível superior.

Entre os resultados esperados com a execução do projeto de monitoria acadêmica desenvolvida com acadêmicos da educação especial vinculados à Ufopa, podem-se destacar: a) a sensibilização para o interesse da docência junto a acadêmicos matriculados em diferentes cursos de nível superior da Ufopa, via monitoria acessibilidade; b) a promoção da inclusão de acadêmicos da educação especial no ensino superior; c) a promoção da autonomia dos monitores e de acadêmicos da educação especial orientados por atividades educativas mediadas pelo diálogo d) a construção coletiva de um mundo mais acolhedor, inclusivo, problematizando-se as tensões de exclusões vividas por acadêmicos da educação especial no cotidiano da universidade; e) a construção de um espaço de diálogos/problematizações sobre a inclusão/exclusão vividas por acadêmicos da educação e a consequente busca da superação de condições excludentes; f) a criação de um ambiente de reflexão sobre não dicotomia da teoria-prática nas ações educativas para a inclusão, bem como a não dicotomia das atividades realizadas no Núcleo de Acessibilidade e a produção de pesquisas acadêmicas que viabilizassem a construção de ações facilitadoras de inclusão educacional e social de discentes da educação especial, e; g) a luta pela garantia de direitos dos grupos humanos da educação especial no ensino superior, de modo que tenham assegurado seu aprendizado, permanência e conclusão de seus estudos na universidade.

Ao longo do ano de 2019, muitas atividades foram desenvolvidas por meio da monitoria acadêmica do Núcleo de Acessibilidade. Um congresso nacional mobilizando pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de profissionais de todo o Baixo Amazonas; a oferta de cursos e minicursos pelos monitores orientados por professores da educação especial; o desafio de acompanhar estudantes surdos, cegos, com baixa-visão, surdocegos e pessoas com deficiência intelectual no contexto de suas salas de aula, aulas de campo e mesmo na sala do Núcleo; a elaboração de produtos pedagógicos acessíveis; a sistemática de estudos e de planejamentos; a escrita de resumos e submissões em eventos acadêmicos entre tantas outras atividades que foram enriquecedoras e permitiram trânsitos éticos,

políticos, estéticos a partir dos quais professores e acadêmicos (monitores e os atendidos pela monitoria) puderam orientar as suas ações para o exercício de uma educação como prática da liberdade.

Educação formativa permanente, na qual cada pessoa que integrava as ações do Núcleo era compreendida como ser de possibilidades, como ser de alteridade. Ser humano, que na relação Eu-Tu (BUBER, 2004), estuda, aprende, cresce, colabora, escuta, problematiza, realiza, produz, cria, inventa.

Neste contexto da monitoria acadêmica, pôde-se sentir, com a multissensorialidade dos corpos, a materialização da solidariedade, da boniteza, da percepção do outro no íntimo de seu ser, como o caso de uma educanda da educação especial que chegou ao Núcleo com um duro campo verbal carregado por muitas ofensas e, ao longo da trajetória dos atendimentos, fora aprendendo a comunicar palavras carregadas de afetos positivos.

Em meio a essas reflexões, considera-se pertinente a construção coletiva de projetos de monitoria acadêmica orientados pela dialogia freireana. Ela possibilita a materialidade de processos inclusivos nos quais as pessoas que têm em seus corpos marcadores de diferenças sejam acolhidas, cuidadas, educadas com a perspectiva de ser mais, como proposto por Freire (2005).

6 Considerações finais

A escrita e a implementação do projeto de monitoria acadêmica desenvolvido com acadêmicos da educação especial permitiram reflexões de que o envolvimento sistemático com disciplina intelectual a favor da inclusão permite práticas educativas nas quais as diferenças marcadoras pelas deficiências e necessidades educacionais especiais leiam as diferenças como possibilidades. Diferenças que ampliam repertórios teórico-práticos de processos de ensino-aprendizagem no ensino superior.

O projeto permitiu (re)leituras formativas com acadêmicos que, no exercício da monitoria, sensibilizaram-se para a inclusão dos grupos humanos da educação especial no ensino superior. (Re)leituras das quais o diálogo fora um princípio orientador das práticas que foram sendo tecidas ao longo do processo, a muitas mãos. Com os professores colaboradores, acadêmicos monitores, acadêmicos da educação especial, professores de diferentes cursos de graduação e, em algumas circunstâncias, com familiares de estudantes com deficiências matriculados em cursos de nível superior da Ufopa.

Por fim, pôde-se perceber que a problematização sobre os processos de inclusão e exclusão educacional referente aos grupos humanos da educação

especial são provocadoras de mudanças de posturas em face da aceitação do outro com seus marcadores de diferenças, visto que mobilizou monitores e professores da universidade na busca por conhecer mais, estudar mais, para o exercício do Ser Mais, como proposto por Freire (2015). Ser mais de que o processo de humanização, presente em práticas educativas mediadas pelo princípio do diálogo encaminha o ser humano para o exercício da autonomia.

Referências

BRASIL. **Lei n. 13.146/15.2015, Lei Brasileira de Inclusão:** estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos:** a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003 (Série saber com o outro; v.1).

BUBER, Martin. **Eu e Tu.** São Paulo: Centauro, 2004.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar [recurso eletrônico]. 24 ed. São Paulo: Olho D'água, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo; SHÖR, Ira. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

REETZ, Fernando Erno; SCHMIDT, Daniel; Mônica; BECKER, Mônica. A experiência na monitoria de neuroanatomia como forma de ensino, aprendizagem e pesquisa. In: FIORIN, Bruna Pereira Alves; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (organizadoras). **Educação superior: desafios para a não compartimentação dos saberes.** Santa Maria: Facos-UFSM, 2017. e-book.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UFOPA. **Instrução normativa n. 001/2012 – Proen,** de 9 de maio de 2012.



INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Daiane Pinheiro ¹

Thaisy Bentes ²

Edicarla dos Santos Gonçalves³

1 Introdução

A inclusão educacional é uma realidade social e educacional que se processa ao longo últimas décadas com a finalidade, dentre outras, de combater a exclusão sofrida historicamente pelas pessoas com deficiência. Trata-se de um conceito que se caracteriza por incluir pessoas em um determinado grupo, considerando processos de igualdade e equidade entre diferentes indivíduos. (ANSAY, 2010; ANACHE *et al.*, 2014; ALMEIDA *et al.*, 2015).

1 Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa, Mestre em Educação (Ufsm), graduada em Educação Especial (Ufsm), Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos, Professora do Instituto de Ciências da Educação, UFOPA.

2 Doutoranda em Estudos da Tradução, UFSC. Mestra em Estudos da Tradução, UnB. Graduada em Letras, ULBRA. Professora do Instituto de Ciências da Educação, UFOPA.

3 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará, é pessoa com Deficiência Visual; participa do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos da Ufopa.

A inclusão educacional no ensino superior tem conquistado espaço de discussão políticas e sociais nos últimos anos. O Brasil se destaca pela implementação de ações políticas que vem balizando a garantia do acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior (CABRAL, 2017). Para além de garantias políticas a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é fundamental o apoio de professores, amigos e familiares, em um processo conjunto e contínuo de acompanhamento e rompimento de barreiras físicas, comunicacionais, sociais e atitudinais. (OLIVEIRA, 2013; ALMEIDA *et al.*, 2015).

Estudos no campo da inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior tem apontado para obstáculos no processo de inclusão. Delpino (2004) e Passos (2010) apontam a ausência ou escassez de livros acessíveis nas universidades as quais estudaram, levando os alunos a buscarem recursos digitais compensatórios, disponíveis em rede. Coutinho (2010) elege barreiras atitudinais como obstáculos de origem que desencadeiam situações de desvantagem destes alunos.

Para a autora, “quando não conhecemos a realidade da pessoa com deficiência visual, acabamos por colocar estereótipos, representações e significados que acabam inferiorizando esses sujeitos” (COUTINHO, 2010, p.55).

Tendo em vista a atualidade do tema da inclusão em diferentes contextos sociais, especialmente na Educação Superior, assim como a consolidação das bases legais da inclusão de pessoas com Deficiência Visual (DV) no ambiente das universidades (BRASIL, 1996, 2014, 2015), este estudo busca investigar como tem ocorrido a inclusão de alunos com DV na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). O objetivo geral deste estudo se concentra em conhecer os meios pelos quais alunos com deficiência visual da Ufopa tem constituído seu percurso de ensino aprendizagem com foco principal nas contribuições ou desafios institucionais implicados neste processo. Especificamente o estudo tem por objetivos: analisar, junto ao Núcleo de acessibilidade da Ufopa, as condições de acesso e permanência oferecidos pela instituição, tendo em conta aspectos políticos e legais que regulamentam e orientam a inclusão no ensino superior e levantar dificuldades ou desafios e facilitadores identificados pelos alunos com DV, que possam contribuir com mudanças ou difusão do acesso e permanência do processo inclusivo no ensino superior.

A preocupação em realizar uma análise dessa natureza se deve ao fato de que, dentro da Universidade Federal do Oeste do Pará, encontram-se ativamente estudantes com deficiência visual, sendo necessário questionar se a Instituição tem oferecido condições que possibilite um ensino apropriado e de acordo com as diretrizes estipuladas pelas reformas educacionais no sistema

educacional no Brasil. Este estudo visa promover o conhecimento sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior, sobretudo, se materializar como um instrumento de consulta, tanto para alunos com DV, como para a Instituição.

2 Metodologia

O estudo tem abordagem qualitativa priorizando elementos descritivos e de observação detalhadas sob os dados recolhidos. Para Bogdan e Biklen (2010) o estudo orientado pelo método qualitativo deverá proporcionar uma riqueza de detalhes permitindo ao pesquisador o envolvimento real com o contexto pesquisado. Dessa forma, o estudo se divide em duas partes. Na primeira, o foco se concentra em investigar junto a coordenação do núcleo de acessibilidade da Ufopa (Nuaces), de que forma este setor tem dado condições de acesso e permanência a estudantes com deficiência visual na Instituição. Nesta etapa foi aplicado um questionário aberto com quatro questões as quais versam sobre o atendimento de orientações políticas para implementação da inclusão no ensino superior e a oferta de recursos e serviços a estudantes com DV nesta instituição. Em um segundo momento, o estudo se debruça sobre a inquirição por via de questionário aberto aplicado a quatro alunos com deficiência visual matriculados nos cursos de: licenciatura Integrada em Matemática e física, Licenciatura em Geografia, bacharelado em Zootecnia e Bacharelado em Engenharia de Pesca. Foram feitas quatro perguntas as quais buscam responder sobre o percurso formativo destes alunos na instituição tendo em conta o lugar que ocupam na inclusão universitária.

Anota-se que o acesso ao número de alunos com deficiência visual na Ufopa, foi fornecido pelo núcleo de acessibilidade. A partir disso e feito contato com estes alunos, foram eleitos os participantes do estudo conforme a disponibilidade manifestada por eles. Todos os participantes do estudo, inclusive a técnica representante do núcleo, aceitaram participar por espontânea contribuição, recebendo um termo de compromisso assinado pelos pesquisadores, no qual se responsabilizam pela preservação e anonimato dos dados recolhidos. As questões propostas aos participantes e o termo de apresentação e compromisso foram enviadas por e-mail.

O uso de questionário aberto utilizado nos dois momentos do estudo permite construir uma resposta com as suas próprias palavras, emitindo sua opinião, permitindo deste modo a liberdade de expressão (GRAY, 2012). Para analisar os dados qualitativos coletados foi utilizado o modelo de Análise de

Conteúdo proposto por Bardin (2010), de modo que este estudo centra nas análises dos resultados obtidos a partir da organização dos dados em categorias analíticas, retirando uma frase, palavra ou conjunto de palavras que representem uma relevância para a análise dos dados coletados e posteriormente são levados à discussão à luz do referencial teórico. Por fim, os dados obtidos foram relacionados à literatura científica e dessa forma atribuiu-se significado aos mesmos e realizaram-se as devidas inferências

3 Inclusão no ensino superior: Aspectos políticos e de acessibilidade

Ao longo do tempo, diversos países membros das Organizações das Nações Unidas (ONU) gradualmente estabeleceram a democratização do acesso e a participação do público-alvo da Educação Especial em Instituições de Ensino Superior (IES) (EBERSOLD, CABRAL, 2016). Assim, a partir da década de 90, os princípios defendidos pela ONU durante o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981, e a Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência, de 1983 a 1992, desempenharam um papel crucial no reconhecimento e valorização do direito de acesso dessa população a todos os níveis de ensino. Essas iniciativas proporcionaram o respaldo necessário para o aumento progressivo do número de matrículas de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior ao longo dos anos seguintes, mesmo diante das diversas barreiras presentes nesse contexto.

Nesse sentido, é preciso ser formado um vínculo entre as instituições e as pessoas com deficiência, nesse processo, é necessária que ocorra uma mudança social, com o objetivo de construir uma rede de pensamento, de discussão de todos os envolvidos de forma a se efetivarem também ações e ações concretas que venham ao encontro do processo de inclusão, da sua efetivação, que deve sair do papel, ir além do e do discurso. “Incluir é antes de tudo oferecer condições de participação social e exercício da cidadania” (SERRA, 2008, p. 31).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão de 2015, o Art. 27 estabelece que a pessoa com deficiência tem direito à educação, sendo assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Essa nova lei consolida o direito à educação inclusiva, já amparado no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal em

1988 e ratificado com a incorporação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em 2008, que tem caráter de Emenda Constitucional, garante, assim, o direito a educação de qualidade para esses alunos.

O Brasil, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, publicada em 1990, e tornar-se signatário da Declaração de Salamanca, em 1994, optou pela construção de um sistema educacional inclusivo. Desde então, questões relacionadas à inclusão e exclusão na educação ganharam grande destaque, levando a transformações no sistema educacional brasileiro. Como resultado, ocorreram alterações na legislação e na formulação de diretrizes nacionais para a educação, todas elas voltadas para uma abordagem inclusiva. No entanto, mesmo com essas medidas, ainda há alunos que permanecem em ambientes de ensino segregado (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Para que a educação inclusiva seja efetivamente implementada é fundamental que as Instituições de Ensino Superior ofereçam condições adequadas para receber os alunos com Necessidades Educacionais Especiais e incluí-los de forma satisfatória no processo educacional. Isso implica na disponibilidade de recursos para capacitar todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão, além de realizar adaptações nas infraestruturas do local e utilizar tecnologias avançadas (OLIVEIRA, 2013).

Por fim, ao abordar a educação menos excludente, Siqueira e Santana (2010) destacam que a inclusão de pessoas com Necessidades Especiais no ensino superior requer ações integradas, envolvendo aquisição de produtos e tecnologias apropriadas, mudanças nas atitudes sociais e políticas de inclusão para ingresso e permanência dessas pessoas, bem como apoio para as instituições de ensino, abrangendo pesquisas, infraestrutura de formação e ensino, entre outros aspectos

4 Resultados e discussões

A análise do conteúdo das produções científicas utilizadas para embasar este trabalho possibilitou correlacionar diferentes elementos que permeiam a temática de inclusão de pessoas com deficiência nas IES brasileiras. No que diz respeito às problemáticas relativas aos processos seletivos e às políticas de acesso e permanência do público-alvo da Educação Especial ao ensino superior, pode-se inferir uma relação inerente com a escolha do curso pelo próprio acadêmico, com a sua passagem do percurso escolar e universitário e com as próprias barreiras e facilitadores relacionados ao ingresso nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Deste modo, optou-se por segmentar este trabalho em dois momentos de análise que se articulam de modo mais significativo nas conclusões. Assim, inicialmente deu-se atenção aos aspectos estruturais, de recursos humanos, físicos e tecnológicos ofertados pela instituição de ensino superior à qual os alunos, participantes deste estudo, estão vinculados. Na segunda parte, o olhar deste estudo se concentra nas respostas dos alunos com deficiência visual, dando ênfase aos discursos sobre dificuldades e/ou facilitadores da inclusão no espaço institucional em que estudam.

■ Da instituição – oferta de serviços

Uma parcela significativa das Instituições de Ensino Superior, sejam públicas ou privadas, ainda não possui acessibilidade espacial adequada (SCHIRMER *et al.*, 2007). Nesse contexto, é imprescindível recorrer à legislação para efetivamente transformar os ambientes universitários em locais acessíveis e funcionais para todos, incluindo as pessoas com deficiência. É fundamental que as Instituições de Ensino Superior assumam a responsabilidade de promover as adaptações e adequações físicas necessárias para tornar seus espaços acessíveis, cumprindo com o compromisso de oferecer uma educação inclusiva e equitativa para todos os seus alunos.

No contexto universitário da Ufopa, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, é dever e meta promover o acesso e a permanência de todos os alunos público-alvo da educação especial ingressantes na instituição. Para isso, a universidade conta com os serviços do Nuaces que segundo a coordenação, busca atender as políticas de inclusão do ensino superior, entretanto, reconhecem que:

Sua existência não garante que os serviços sejam ofertados de forma adequada e que políticas de/para inclusão sejam implementadas, pois há carência de mais profissionais especialistas com competência pedagógicas para atuação junto aos docentes e discentes da Ufopa. (Coordenação do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, 2022).

Contata-se, a partir das entrevistas, que não há profissionais do campo da Educação Especial atuando no Atendimento Educacional Especializado. Embora essa seja uma prerrogativa legal que garante esta oferta de atendimento educacional especializado no Ensino Superior (BRASIL, 2008), a coordenação expressa a dificuldade institucional, de ordem burocrática, na contratação deste profissional, tendo em vista que as próprias normativas políticas não são claras quanto a atuação do professor de Educação Especial nestes espaços.

A fim de minimizar os efeitos negativos da falta deste profissional especializado, estratégias institucionais têm sido implementadas, não como substituição deste serviço, mas como um propulsor no apoio a inclusão. Desata-se assim o apoio e acompanhamento de monitores de acessibilidade, sendo os serviços de maior procura e relevância do Nuaces, de acordo com a demanda dos próprios estudantes.

[...] a Universidade possui 51 estudantes com deficiência visual com matrículas ativas nos cursos de graduação da Ufopa. Destes, 18% são atendidos e acompanhados por monitores do Nuaces. Vale ressaltar que o Nuaces disponibiliza os atendimentos e serviços, contudo respeita a autonomia dos estudantes na busca por atendimento. Dessa forma, esse percentual pode sofrer alterações, conforme a necessidade e a demanda apresentadas pelos estudantes. (Coordenação do Núcleo de acessibilidade da Ufopa, 2022).

De modo geral, os monitores têm “auxiliam na execução de atividades e demandas de acesso a recursos tecnológicos”. Também prestam apoio de locomoção, orientação e mobilidade de estudantes, especialmente alunos com deficiência visual. Para além é ofertado aos estudantes

[...] apoio e orientação educacional nas questões voltadas ao ensino, Além da oferta de editais específicos para os alunos público-alvo da educação especial da Ufopa como concessão de auxílio para compra de recursos de acessibilidade, participação em eventos entre outras necessidades dos alunos. (Coordenação do Núcleo de acessibilidade da Ufopa, 2022).

A partir dos editais internos promovidos pelo Nuaces, os alunos com deficiência visual podem ter acesso a tecnologias assistivas (TAs). A tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e autonomia das pessoas com deficiência visual. Essas tecnologias são projetadas para auxiliar e melhorar a vida diária dos indivíduos com diferentes tipos de deficiências visuais. Elas podem ser tanto dispositivos físicos quanto softwares especializados, desenvolvidos com o objetivo de suprir as necessidades específicas desse público. Para além da necessidade individual de cada aluno na compra de TAs, algumas dessas tecnologias estão disponíveis no Nuaces, como impressora Braille, computadores com software de reconhecimento de voz, leitura de tela e lupa eletrônica. Além de disponibilizarem material para escrita Braille, composto por prancheta, reglete e punção.

Ainda, de acordo com a coordenação do Nuaces, este órgão não atua sozinho. Existem ações interdisciplinares que se articulam no favorecimento da inclusão dos estudantes com deficiência.

O Nuaces é vinculado administrativamente à Proges, especificamente subordinado à Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA). A escolha da sede institucional do Nuaces estar subordinado à Proges justifica-se porque está Pró-Reitoria possui em sua estrutura organizacional profissionais especializados, necessários ao atendimento multidisciplinar, interdisciplinar e multiprofissional nas áreas de acompanhamento pedagógico, atendimento psicológico, social, desportivo e de lazer, mediação de conflitos; de assistência estudantil e nutricional para os estudantes com deficiência. (Coordenação do Núcleo de acessibilidade da Ufopa, 2022).

A superintendência de infraestrutura da Ufopa (Sinfra) também se torna responsável pela acessibilidade física dos estudantes e se articula com ações ofertadas pelo Nuaces. De acordo com os princípios do Desenho Universal e a Lei n. 13.146 de 2015 deve-se promover ambientes acessíveis nas edificações públicas e privadas. Portanto, as Instituições de Ensino Superior devem eliminar barreiras arquitetônicas e promover a adequação de seus espaços.

Nesta direção, destaca-se que no caso de alunos com deficiência visual, a orientação e mobilidade são essenciais para a compreensão das necessidades de deslocamento de forma autônoma e segura. De acordo com Souza et al. (2015), é de suma importância que, ao ingressar em uma instituição, o aluno seja devidamente introduzido ao espaço físico, com destaque para os recursos e serviços disponíveis. Além disso, é fundamental oferecer acesso a recursos que contribuam para a efetiva construção de um ambiente verdadeiramente acessível. O processo de acolhimento e orientação ao novo estudante deve incluir informações sobre as instalações adaptadas, tecnologias assistivas disponíveis, suporte de profissionais especializados e outras facilidades que garantam sua inclusão e participação plena na vida acadêmica. Proporcionar esses recursos é essencial para que o aluno possa se sentir acolhido e capacitado a aproveitar todas as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento oferecidas pela instituição. Dessa forma, ao priorizar a apresentação do espaço físico e oferecer os recursos necessários, a instituição de ensino demonstra seu compromisso com a inclusão e contribui para a promoção de um ambiente acessível.

Entretanto, é reconhecido que há muito o que galgar para que a educação inclusiva seja efetivada na Ufopa. Estes procedimentos de orientação e mobilidade nos espaços institucionais não tem sido feito de forma precisa e organizada com os alunos com deficiência visual ingressantes na Ufopa. Esta ação, segundo a coordenação, exige a orientação de profissionais especializados capacitados no campo da orientação e mobilidade de pessoas com DV. No momento a universidade tem

prestado um serviço de apoio nesta esfera, capacitando os monitores para auxiliarem os alunos com DV no deslocamento intercampus, restaurante universitário, salas de aulas e demais solicitações a nível de ocupação de espaços institucionais.

Nesta perspectiva é importante reconhecer que existe o esforço do núcleo de acessibilidade da UFOP em atender estudantes com deficiência visual, mesmo que haja dificuldades burocráticas institucionais que tenha impedido a contratação de profissionais especializados. Assim como as barreiras arquitetônicas, há ainda as barreiras atitudinais que segundo a coordenação do Nuaces insiste em prevalecer neste espaço institucional. De acordo com os princípios da educação inclusiva, é preciso ter condições estruturais, arquitetônicas e humanas, para a identificação das dificuldades dos estudantes, buscando promover mecanismos de auxílio no processo de ensino-aprendizagem. Ao fazer isso, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as pessoas com deficiência possam exercer plenamente seu direito à educação e ao desenvolvimento pessoal e profissional.

■ Dos alunos – percurso de ensino e aprendizagem

O acesso dos estudantes com deficiência ao ensino superior encontra-se, ainda, afetado por uma grande quantidade de barreiras, tais como, os processos seletivos, onde muitos deles desconsideram as características e necessidades dos estudantes com deficiência (CABRAL, 2017). Obstáculos como o despreparo de professores e atitudes de colegas, as dificuldades para deslocar-se até a universidade e dentro dela, a escassez de recursos adaptados e até mesmo a baixa autoestima exercem influência e dificultam o acesso e permanência no ensino superior.

Os desafios encontrados dentro da universidade foram o de adaptação ao ambiente acadêmicos e aos espaços físicos da UFOPA, onde não há orientação de mobilidade para reconhecimento dos campos e nas aulas do curso, onde os professores consideravam uma experiência nova para eles, pois não estavam preparados para ministrar aulas inclusivas para alunos cegos, com materiais táteis necessários para melhor interação e aprendizagem nas aulas. (Acadêmico com deficiência visual - curso de Matemática da UFOPA).

Para Delpino (2004), a ausência de disponibilidade por parte dos professores para escutar as necessidades das pessoas com deficiência visual e criar condições de acesso ao conteúdo, evidencia a falta de preparo pedagógico, técnico e emocional desses docentes, que também atuam no âmbito da educação superior. Portanto, é imprescindível direcionar uma atenção específica ao desenvolvimento pessoal, acadêmico, social e profissional desses estudantes, de modo a abraçar

os princípios da igualdade e equidade. A urgência dessa abordagem visa garantir que todos tenham oportunidades justas e igualitárias, independentemente de suas habilidades visuais, promovendo assim uma sociedade mais inclusiva e justa.

A inclusão escolar de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, quando fundamentada na qualificação profissional e no apoio pedagógico adequado, revela-se um caminho promissor para proporcionar acesso, permanência e êxito acadêmico (CABRAL, 2017). Nesse sentido, é possível encarar o ensino superior como um estágio de desenvolvimento inclusivo, onde a diversidade é valorizada e todas as oportunidades são oferecidas para que cada estudante alcance seu pleno potencial.

Eu recebo apoio do núcleo de acessibilidade que é vinculado a universidade e são disponibilizados os recursos humanos (monitores) e os materiais de tecnologia assistiva. No início do curso, precisei bastante da ajuda dos monitores para acesso as salas de aula e conhecer os espaços físicos do prédio. (Acadêmico com deficiência visual do curso de Geografia da UFOPA).

Todos os acadêmicos entrevistados neste estudo relatam a oferta de recursos humanos oferecidos pelo Nuaces, destacando a importância da atuação dos monitores de acessibilidade na facilitação do processo inclusivo. Entretanto, conforme observado por Anache *et al.* (2014), é importante ressaltar que as universidades ainda enfrentam desafios consideráveis no que diz respeito ao entendimento das especificidades das necessidades especiais de seus alunos. Como resultado, nem sempre conseguem atender de forma abrangente às necessidades competitivas para uma inclusão educacional efetiva. Esse progresso ainda ocorre de maneira lenta, destacando a necessidade contínua de aprimoramento e a implementação de políticas mais inclusivas para garantir a igualdade de oportunidades no âmbito acadêmico.

Ainda, as grandes dificuldades apresentadas pelos acadêmicos não dizem respeito somente às questões estruturais, mas também sobre os materiais didáticos usados em sala de aula, como citado por todos os entrevistados deste estudo. A falta de adaptação do material e a carência de tecnologia são obstáculos para esses alunos.

A maior dificuldade é não ter acesso aos materiais pedagógicos, como acesso aos textos em Braille, laboratório ou nenhum material acessível. (Acadêmico com deficiência visual do curso de Pedagogia da UFOPA).

O material utilizado em sala de aula muitas vezes é dado de forma impressa, o que impossibilita a estes alunos a leitura e exploração visual do material.

Material em Braille e Textos em PDF facilitam a aprendizagem desses discentes, no qual existem softwares que fazem leitura de PDF.

Os livros/textos acessíveis em Braille oportuniza a leitura de pessoas cegas e pessoas com baixa visão, que estejam em fase de aprendizagem sobre o sistema Braille ou que já saibam ler o sistema. De todo modo, segundo já expresse anteriormente pela coordenação do Nuaces/Ufopa, os alunos têm acesso a editais internos específicos para compra de tecnologias assistivas que lhes permitam/possibilitem um melhor percurso educacional na instituição. Embora se tenha estes recursos, de escolha própria dos discentes, é importante que docentes e Nuaces, estejam em sintonia para flexibilizar e/ou adaptar atividades para as necessidades específicas dos alunos, de acordo com aquilo que ele se expresse e compreenda melhor, como textos em braile, textos/áudios etc.

Ao ingressar no Ensino Superior, o estudante carrega consigo uma bagagem rica de conhecimentos prévios, os quais precisam ser considerados. Suas experiências e trajetória escolar permitem que expressem suas habilidades, singularidades e necessidades. Surge, portanto, a importância de os educadores dialogarem com os alunos com deficiência visual para compreender suas particularidades em relação ao processo de ensino-aprendizagem, pois ninguém está mais capacitado para falar sobre as pessoas com deficiência do que elas próprias. Tal compreensão se aproxima do lema "Nada sobre nós, sem nós", que enfatiza que qualquer proposta ou planejamento voltado para pessoas com deficiência deve contar com a participação ativa dessas pessoas em todo o processo (SASSAKI, 2007).

Com base nos princípios mencionados, compreende-se a necessidade de reformular as práticas de ensino-aprendizagem adotadas pelos professores. Nesse sentido, é fundamental promover discussões aprofundadas sobre essa temática, visando aprimorar o ambiente acadêmico para os alunos com deficiência visual. O papel do núcleo de acessibilidade torna-se crucial para impulsionar o processo de inclusão desses alunos.

É imprescindível que a instituição informe aos professores sobre a matrícula de alunos com deficiência visual nos cursos em que atuam, fornecendo informações claras sobre as necessidades específicas de cada aluno. Dessa forma, é possível realizar as devidas adaptações para facilitar o acesso dos estudantes aos ambientes, bem como às estruturas comunicacionais e tecnológicas, garantindo-lhes uma aprendizagem efetiva e um desenvolvimento pleno.

A colaboração entre o núcleo de acessibilidade, os professores e a instituição como um todo é essencial para promover um ambiente educacional inclusivo, onde todos os estudantes possam participar ativamente e ter as condições adequadas

para alcançar seu potencial máximo. Ao acolher as necessidades específicas dos alunos com deficiência visual, a instituição reforça seu compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades no contexto acadêmico.

4 Considerações finais

Este estudo se materializa em um breve panorama da inclusão de alunos com deficiência visual na Ufopa, considerando facilitadores e dificuldades enfrentadas no percurso acadêmico dos alunos participantes. As esferas inquiridas que se concentram no âmbito das ações institucionais e no contexto dos alunos com DV, demonstrar aproximações significativas.

São enfatizadas as necessidades, e posterior atendimento, de demandas de tecnologias assistivas que promovam acessibilidade no âmbito pedagógico e de ensino-aprendizagem. Também, de modo positivo, as ações do Nuaces favorecidas pelos monitores de acessibilidade são destaques importantes para a promoção da inclusão de alunos com DV. Os monitores ganham com isso o protagonismo nas ações desenvolvidas pelo Nuaces, que mesmo sem profissionais especializados da Educação Especial, tem conseguido mobilizar ações inclusivas de acompanhamento do percurso educacional dos alunos. Entretanto é fundamental compreender que a atuação de monitores de acessibilidade não deve substituir a necessidade emergencial de um profissional da Educação Especial para prestar o Atendimento Educacional Especializado a estes alunos, conforme preconiza orientações políticas e legais. Além disso, este profissional poderia atuar com maior eficácia junto a projetos de ações inclusivas, que enfrentem barreiras atitudinais na instituição.

Também, tanto a coordenação do Nuaces como os alunos entrevistados, reconhecem as dificuldades arquitetônicas da instituição e sobretudo, citam as barreiras atitudinais como principal desafio para o sucesso da inclusão neste contexto universitário. Nomeadamente, os alunos citam a falta de preparo e conhecimento dos professores especialmente no uso de metodologias e materiais acessíveis, para além de frequentes ações capacitistas de docentes e colegas de curso, muitas vezes imperceptível por eles. Em contrapartida, a coordenação do Nuaces relata a oferta de formação voltada aos docentes e alunos da Ufopa, a nível de instrução sobre a inclusão e sobre os alunos com deficiência. Entretanto, verifica-se que a problemática permanece denunciando a falta de informação nas bases de formação sobre a educação especial e a educação inclusiva, refletindo na atuação destes profissionais.

Embora tenham ocorrido avanços significativos nas legislações e políticas ao longo do tempo, as instituições de ensino ainda não conseguiram implementar plenamente o modelo inclusivo de forma definitiva. É necessário um comprometimento contínuo das instituições e da sociedade em geral para garantir que a inclusão seja uma realidade efetiva no Ensino Superior. Uma inclusão efetiva requer ações concretas, como o desenvolvimento de programas de apoio e suporte individualizados, a disponibilização de recursos e tecnologias assistivas, a capacitação dos professores e a promoção de um ambiente acolhedor e sensível às necessidades de todos os estudantes. Além disso, é fundamental promover a conscientização sobre a importância da inclusão e combater estigmas e preconceitos relacionados às deficiências. É essencial que a inclusão seja construída a partir do reconhecimento das diferenças e da experiência de cada indivíduo.

Somente com esforços contínuos e colaborativos será possível superar os desafios e criar um ensino superior genuinamente inclusivo, que ofereça oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais especiais. A inclusão é um caminho a ser trilhado coletivamente, visando construir uma sociedade mais justa, equitativa e diversificada.

Referências

ANACHE, A. A.; ROVETTO, S. S. M.; OLIVEIRA, R. A. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 299-312, 2014.

ANSAY, N. N. A inclusão de alunos surdos no ensino superior. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, v. 1, p. 1-141, 2010.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2010.

BRAGA, B. K. ARAÚJO, V. L. S. A audiodescrição aplicada à tradução de videoaulas utilizadas na modalidade de educação a distância no ensino superior. In: **Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior** / VILLELA, L. M., MARTINS, de S. E. O. leite, L. P. (org.). - Bauru: FC/Unesp, 2015, 107 p.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Brasília/DF. 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF, 2015.

BOGDAN, R., & BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora. 2010.

CABRAL, L. S. A. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 3, 371–387, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n3a3826>

COUTINHO, Márcia Maria de Azeredo. **The inclusion in higher education**: the voices of people with visual impairments. Campo Grande, 2010. 104p. Dissertação (Mestrado em Universidade Católica Dom Bosco) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2010.

DELPINO, M. **Facilidade e dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência visual no curso superior**. 2004. Dissertação. (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

DISCHINGER, Marta; MACHADO, Rosângela. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, ano 2, n. 2, p. 33-39, jul. 2006.

EBERSOLD, S.; CABRAL, L. S. A. Enseignement supérieur, orchestration de l'accessibilité et stratégies d'accompagnement. **Education et Francophonie**, v. 44, n. 1, p. 132-153, 2016.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicol Cienc Prof**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 636-647, dez., 2007.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, out./dez., 2013

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Aprovada no Brasil pelo Decreto do Legislativo 186 de 09 de julho de 2008.

PASSOS, J.R. **A information Literacy e os deficientes visuais**: um caminho para a autonomia. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo.

PEREIRA, F. J. R.; SANTOS, S. R.; SILVA, C. C. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior. **Rev Bras Enferm.**, Brasília, v. 64, n. 4, p. 711- 716, jul./ago., 2011.

REIS, M. X.; EUFRÁSIO, D. E.; BAZON, F. V. M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.111-130, abr., 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30.

SERRA, Dayse. Inclusão e Ambiente Escolar. In: SANTOS, Mônica Pereira. PAULINO, Marcos Moreira (Org.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 31-44.

SOUSA, G.S.P.; MARTINS, S.E.S.O.; LEITE, L.P. Acessibilidade nos Portais Eletrônicos das Universidades Estaduais e Federais do Brasil. In: VILLELA, L. M.; MARTINS, S. E. S. de O.; LEITE, L. P. (Org). **Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior**. Bauru: FC/Unesp, p. 33 - 48, 2015.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr., 2010.

SCHIRMER, C. BROWNING, N., BERSCH, R, MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência física. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

UNESCO. **Declaração de Jontien**. Educação para todos. Brasília: CORDE, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VARGAS, G.M.S. **A inclusão no ensino Superior**: a experiência da disciplina Prática Pedagógica-Prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. Florianópolis. 2006.

PARTE II

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS MONITORIA ACADÊMICA DE ACESSIBILIDADE



ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA

Joelcimara Érika Lobato Azevedo¹

Me chamo Joelcimara Érika Lobato Azevedo, sou discente do Curso de Bacharelado em Farmácia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), tendo ingressado em 2017. Antes da monitoria aqui relatada, tive contato apenas com pessoas surdas e cegas em cursos de Libras e Braille que realizei entre os anos de 2013 e 2014 na empresa Superação. No entanto, meu maior contato com pessoas com deficiência se deu justamente a partir da monitoria de Acessibilidade do Núcleo de Acessibilidade (Nuaces), da qual faço parte desde o ano de 2018.

O Nuaces da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) oferece atendimento a alunos com diversas deficiências, tais como, visual, auditiva, física, entre outras. O Nuaces tem como respaldo o *Documento Orientador Incluir - Acessibilidade na Educação Superior*, que afirma a importância da inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, garantindo-lhes o direito à participação na comunidade, proporcionando-lhes desenvolvimento pessoal, social e profissional, sem qualquer tipo de restrição com base em sua deficiência (SESU, 2013).

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Farmácia na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e bolsista do Núcleo de Acessibilidade, 2017 a 2023.

No ano de 2018, quando ingressei como monitora, havia a possibilidade de escolher qual categoria atender, optei por ser monitora apenas de alunos com deficiência visual devido à minha afinidade com essa área pelos cursos realizados. Quando iniciei, recordo-me de ter tido apenas uma reunião com a coordenadora, na qual foram apresentados alguns detalhes sobre a monitoria. No entanto, não me foram repassados como deveria proceder com aquele aluno durante as aulas, as maneiras que eu deveria conduzi-lo em relação à orientação e mobilidade. Em algumas ocasiões, senti que a responsabilidade de saber sobre todas essas questões recaía sobre mim, apesar de ser apenas uma aluna de graduação e não uma profissional especializada nessa área. Isso, por vezes, gerou um certo sentimento de frustração.

Ao longo desse ano, convivendo mais com os alunos cegos e auxiliando-os em suas aulas, aprendi muito sobre orientação, mobilidade e audiodescrição. Eles, os alunos, de maneira prática me ensinaram diversas questões relacionadas ao atendimento e apoio que precisavam, o que foi uma experiência valiosa de aprendizado no contexto da educação inclusiva dentro da universidade.

A partir do ano de 2018, houve mudanças na coordenação do Nuaces, o que também impactou a forma como a monitoria era conduzida. Nessa nova configuração, os monitores de acessibilidade não mais escolhiam se queriam atender alunos por categoria (surdos ou cegos, por exemplo), mas passaram a atender a todos os alunos com NEE em rotatividade.

Um evento bastante interessante que ocorreu nesse ano foi uma visita inclusiva à feira agropecuária de Santarém, na qual os alunos atendidos pelo Nuaces participaram juntamente com monitores, intérpretes e demais servidores da Ufopa. Durante essa visita foi realizada um *tour* em todos os stands da feira e baias onde os animais ficavam. Os intérpretes fizeram a interpretação para os alunos surdos, enquanto os monitores prestaram orientação e mobilidade, além de oferecerem audiodescrição dos espaços para os alunos cegos.

Figura 1: Visita a feira agropecuária de Santarém.



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Como passei a atender mais alunos surdos, tive maior contato com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e pude aprender mais sobre ela. Em alguns momentos, inclusive, tive a oportunidade de ensinar Libras em cursos oferecidos pelo Nuaces e na Jornada acadêmica da Ufopa (conforme mostrado na figura 2). Essa experiência foi extremamente relevante para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, proporcionando um enriquecimento significativo em minha formação.

Figura 2: Curso Básico de Libras ministrados.



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Com isso, pude ter uma nova perspectiva ao atender alunos surdos, pois percebi as dificuldades que enfrentavam em aprender mesmo com a presença do intérprete de Libras em sala de aula e com a ajuda dos monitores em seus trabalhos acadêmicos. Dos quatro alunos surdos que atendi, três eram do curso de Pedagogia e um do bacharelado em Biologia. Observava que apesar das dificuldades, os alunos da Pedagogia, conseguiam aprender, embora tivessem maior dificuldade nas matérias voltadas para as áreas de exatas. Já o aluno de biologia aparentava não se identificar com a área de estudo, frequentemente dizia não entender os assuntos e não tinha afinidade em estudar animais, o que o levava a momentos de frustração.

Com os alunos cegos passei a auxiliar com mais frequência cinco estudantes de cursos variados, como Pedagogia, Matemática, Física, Geografia, Biologia e História, cada um com uma mentalidade e saberes diferentes. Percebia que muitos desses alunos não se sentiam acolhidos na sala de aula pelos professores e buscavam em nós, os bolsistas, a principal fonte de ajuda. Apesar dessas questões, tive muitas experiências positivas convivendo com alunos que me proporcionaram grande aprendizado. Além disso, a coordenação do Núcleo ofereceu formações enriquecedoras, ampliando nossos conhecimentos na área da educação inclusiva.

Um exemplo marcante dentre essas experiências aconteceu em 2019 quando fui convidada a participar da corrida “Autismo é amor” como guia-vidente de um aluno cego. Utilizamos uma corda como apoio segurada por mim e pelo aluno com deficiência visual, permitindo orientação e mobilidade durante o percurso da corrida. Essa competição permitiu a participação conjunta do acadêmico monitor e do acadêmico com deficiência visual. Como guia-vidente assumi a responsabilidade pelas ações de cuidado e segurança do aluno atleta cego durante a corrida. Durante o percurso encontramos barreiras relacionadas às inadequadas condições urbanas para pleno exercício do direito de ir e vir das pessoas, assegurado pela Constituição. Notei também a falta de alinhamento nas ruas e muitos buracos, o que dificultou o desempenho do aluno com deficiência visual. No entanto, essas dificuldades não foi um empecilho para que o aluno desistisse da corrida e conseguimos concluí-la com sucesso. Essa experiência de garantir a acessibilidade na prática desportiva desse aluno cego é algo que considero extremamente relevante para a minha vida pessoal e profissional.

Figura 3: Participação dos monitores do Nuaces na corrida “Autismo é amor”



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Outra experiência marcante foi a criação de um grupo de dança com alunos cegos e surdos para participarem da festa junina da UFOPA. Nessa atividade, fui parceira de dança de um aluno cego. Eu e outros monitores, juntamente com a coordenação da intérprete Kellen Garcia, atuamos como guias-videntes desses alunos. Para os alunos cegos, utilizamos a estratégia do toque e das batidas da música, permitindo que eles soubessem a hora certa para executarmos os passos da dança. Já para os alunos surdos, o contato visual foi o principal mecanismo de comunicação.

Essa experiência de criação e ensaio do grupo de dança foi extremamente interessante e relevante, pois a maioria desses alunos jamais havia participado de uma apresentação de dança tão inclusiva como a que fizemos. Foi uma atividade significativa, pois proporcionou a esses estudantes a oportunidade de se envolverem em uma atividade artística, mostrando que, com as devidas adaptações e apoio, a dança pode ser acessível e inclusiva para todos. Essa iniciativa destacou o potencial e a importância da educação inclusiva, promovendo a integração e valorização das habilidades únicas de cada aluno, independentemente de suas deficiências.

Através da dança, pudemos compartilhar momentos de alegria e superação, estabelecendo uma conexão especial com os alunos e fortalecendo os laços de amizade e respeito mútuo. Essa atividade não só proporcionou uma experiência

enriquecedora para os alunos, mas também para mim, como monitora de acessibilidade. Através desse projeto, pude vivenciar a importância do trabalho em equipe, da criatividade na busca por soluções acessíveis e da valorização da diversidade em todas as suas formas. Essa experiência certamente permanecerá como um momento especial em minha trajetória acadêmica e pessoal, reforçando meu compromisso com a promoção da inclusão e acessibilidade na educação e na sociedade como um todo.

Figura 4: Arraial da Ufopa com dança de carimbó acessível.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

O que compreendo é que a monitoria durante o ano de 2019 foi muito relevante, pois permitiu que eu aprendesse e ensinasse muitas coisas, diferentemente do que havia ocorrido em 2018, onde não tive a oportunidade de vivenciar grandes experiências. No entanto, a partir de 2020, enfrentamos momentos difíceis devido à pandemia da COVID-19, e a monitoria precisou ser adaptada para ocorrer de maneira remota, o que se estendeu até o início de 2022. Durante esse período, desenvolvi diversas atividades para auxiliar os alunos de forma virtual.

Sobre as atividades realizadas, destaco a gravação de textos para os alunos cegos, além de converter materiais para que pudessem ouvi-los no Dosvox ou por meio de aplicativos em seus celulares. Para a maioria dos alunos que atendi remotamente, preenchia questionários enviados pelos professores via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) e participava das aulas como forma de

ajudá-los em suas futuras atividades acadêmicas. Também realizei revisões dos trabalhos enviados por esses alunos, atentando às normas da ABNT e questões relacionadas à gramática. Para auxiliar os alunos que não tinham pleno domínio das ferramentas digitais, eu digitava os trabalhos que eles gravavam em áudio.

Infelizmente, durante esse tipo de atendimento remoto, não pude observar muitos pontos positivos, especialmente em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais. A falta de familiaridade com as ferramentas digitais e a pouca autonomia para realizar suas demandas acadêmicas foram desafios significativos. Além disso, tanto eu quanto os alunos enfrentamos dificuldades com a conexão de internet, o que muitas vezes afetava a participação e o acompanhamento das aulas.

O período de monitoria remota exigiu adaptação e esforço mútuo para superar as adversidades impostas pela pandemia. Apesar dos desafios, tentei oferecer o melhor suporte possível, buscando auxiliar os alunos a enfrentarem as dificuldades do ensino a distância e garantir que eles continuassem progredindo em seus estudos. Essa experiência durante a pandemia evidenciou a importância de buscar soluções criativas e inclusivas para garantir a educação de qualidade para todos os alunos, especialmente para aqueles com necessidades educacionais especiais. Foi uma oportunidade de aprendizado tanto para mim quanto para os alunos, reforçando ainda mais a relevância da educação inclusiva e acessível em todos os contextos.

No último semestre de 2021 passei a auxiliar apenas uma aluna com deficiência visual, do curso de Biologia. Pude perceber que diferente dos demais alunos, além das barreiras causadas por questões tecnológicas, a mesma vivia sem a ajuda de seus familiares, o que complicava a situação da discente, tendo em vista que a mesma não aceita utilizar os aplicativos que acessibilizam textos, vivendo na dependência de alguém de sua família ajudar ou não a mesma.

Já em 2022, quando as aulas retornaram a ser presenciais, foi necessário haver uma readaptação na maneira como se faziam os atendimentos desses alunos. Logo de início voltar foi complicado, pois o Nuaces não possuía uma sala estruturada para receber os monitores e alunos com necessidades educacionais. Não houve articulação da Universidade com a coordenação do Núcleo de acessibilidade para esse retorno presencial. Não havia uma quantidade de computadores adequada para a demanda de alunos que são atendidos, o espaço é pequeno e quando chega mais de três alunos para atendimento gera atrito e confusão, pois o barulho dentro da sala é excessivo. Além de não haver acessibilidade no campus da universidade.

Outro aspecto importante de mencionar é que a maioria dos professores ainda não compreende plenamente a presença dos alunos com necessidades educacionais na Universidade e a necessidade de adaptar sua metodologia de ensino para atendê-los adequadamente. É fundamental que haja mais empatia e equidade por parte dos docentes para garantir a inclusão desses alunos. Para a permanência efetiva dos alunos com necessidades educacionais especiais, acredito que não basta apenas vagas de cotas na universidade, é preciso também melhorar a questão da permanência, oferecendo suporte e apoio adequado para que eles possam se desenvolver acadêmica e pessoalmente.

Dessa forma, a figura do monitor de acessibilidade desempenha um papel crucial nesse contexto, pois representa uma das principais formas de apoio para esses alunos na busca pela permanência e sucesso em seus cursos. É importante reconhecer o valor e o impacto positivo que os monitores podem ter na vida acadêmica desses estudantes, garantindo que eles tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade na universidade. É essencial que as instituições de ensino se esforcem para oferecer uma estrutura adequada, bem como promover a sensibilização e capacitação dos professores, a fim de garantir a inclusão plena e efetiva dos alunos com necessidades educacionais especiais em suas comunidades acadêmicas.

Referências

SESU. **Documento orientador do programa incluir - acessibilidade na educação superior**. SECADI/SESU–2013. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alia=12737-documento-orientador-programa-incluirpdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 nov. 2022.



MONITORIA DE ACESSIBILIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA

Rodolfo Roberto Parente Seade ²

Ciente de que a educação é fundamental e um direito constitucional para todo cidadão, a chegada de alunos com deficiência ao ensino superior traz novos desafios que se somam aos já existentes, como a falta de estrutura para auxiliar na acessibilidade. Neste cenário ainda desafiador, é de extrema importância assegurar que esses alunos tenham acesso às ferramentas de acessibilidade, garantindo, assim, o acesso ao conhecimento e proporcionando um ensino e aprendizagem de qualidade e com equidade.

Meu nome é Rodolfo Seade, sou discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra. Entrei na monitoria pela primeira vez no edital de 2017 e retornei para as atividades em 2022 com o objetivo de continuar meu contato com a Língua Brasileira de Sinais - Libras, após ter concluído o curso avançado de Libras em 2016.

Apesar dos desafios, os alunos com deficiência da UFOPA contam com o apoio do Núcleo de Acessibilidade - NUACES, que oferece suporte para a acessibilização e produção de materiais para sua inclusão. Essa relação deveria ser uma parceria entre professor, aluno e o Núcleo de Acessibilidade, porém, alguns professores

² Discente do curso de bacharelado interdisciplinar em Ciências da Terra e bolsista do Núcleo de Acessibilidade da UFOPA.

acabam transferindo a responsabilidade somente para os monitores e não se empenham em compreender as necessidades de acessibilidade e inclusão.

Infelizmente, em alguns casos, a questão da acessibilidade é confundida com facilidades, fazendo com que alguns alunos não compreendam que o nosso papel como monitores de acessibilidade é auxiliá-los no processo de aprendizagem e não realizar seus trabalhos acadêmicos. Esse tipo de atribuição não faz parte do atendimento didático pedagógico, e é importante que os alunos com deficiência entendam o verdadeiro objetivo do NUACES, assim como os professores devem reconhecer o potencial e a capacidade desses alunos para absorverem conhecimento e se tornarem profissionais qualificados.

O monitor de acessibilidade desempenha um papel essencial na jornada do aluno com deficiência na universidade, no entanto, infelizmente, não recebemos o reconhecimento adequado como profissionais de Educação Especial. A Universidade algumas pessoas que buscam apoio didático pedagógico dos monitores de acessibilidade nem sempre reconhecem a importância de nosso trabalho.

É fundamental que haja um maior reconhecimento da relevância do trabalho dos monitores de acessibilidade e que se promova uma conscientização geral sobre a importância da acessibilidade e inclusão para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais. Somente com um esforço conjunto e a valorização do papel do monitor de acessibilidade será possível criar um ambiente mais inclusivo e acessível dentro da universidade.

Há situações em que somos submetidos a humilhação e constrangimento, com falta de respeito, dentro da Universidade, como desacato e palavras de baixo calão, que são desferidas pelos próprios alunos com deficiência, em qualquer local da instituição. Importante ressaltar que, para a entrada do aluno com deficiência no ensino superior, é fundamental que ele também tenha ciência de que a Universidade pode apresentar muitos obstáculos, assim como já enfrentam diariamente na vida e na escola. No entanto, não devemos contribuir com a ideia de que os alunos com deficiência precisam se adaptar ao espaço universitário. Pelo contrário, a política de educação preconiza que é o espaço/universidade que precisa se adaptar aos alunos e estar preparado para os desafios que cada um deles possa enfrentar. A responsabilidade de promover a acessibilidade e inclusão é coletiva e não deve ser atribuída somente ao Núcleo de Acessibilidade.

Enquanto monitores, cumprimos nossas responsabilidades, mas não temos a obrigação de fazer o trabalho acadêmico dos alunos enquanto eles estão em suas casas. Nosso papel é ser um apoio pedagógico para esses alunos, auxiliando-os na construção do conhecimento e na acessibilização do ensino. Devemos

promover a autonomia dos alunos com deficiência, ajudando-os a superar os desafios acadêmicos, mas não substituindo suas responsabilidades e comprometimento com os estudos.

Dentro do Núcleo de Acessibilidade, diversas situações entre o contato aluno e monitor ocorrem, algumas positivas e outras negativas. Todas essas experiências contribuem para o desenvolvimento do controle emocional, psicológico e profissional no contexto da acessibilidade. No entanto, é importante abordar que alguns alunos ainda não compreenderam o significado do NUACES e o papel do monitor, o que acaba dificultando o trabalho, pois têm a expectativa de que devemos fazer seus trabalhos acadêmicos. Essa expectativa gera conflitos entre o monitor e o aluno, pois nossa função é apoiar o aluno no processo de aprendizagem, tornando o ensino acessível, e não executar as tarefas acadêmicas em seu lugar.

A conscientização e o entendimento mútuo são fundamentais para garantir um ambiente de respeito, colaboração e inclusão dentro da Universidade. É necessário que todos, alunos, monitores, professores e a própria instituição, trabalhem em conjunto para promover a acessibilidade e o respeito às diversidades, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seus potenciais e alcançar o sucesso acadêmico.

Nessa reação de não compreensão sobre o papel dos monitores, surgem adversidades que acabam construindo barreiras para o atendimento. Infelizmente, muitos alunos com deficiência, por não gostarem de algum monitor ou por esquecerem que o espaço da monitoria tem como foco principal o estudo, acabam adotando comportamentos desrespeitosos e preconceituosos em relação aos monitores. Em alguns casos, os monitores são ofendidos verbalmente e até fisicamente, o que é absolutamente inaceitável dentro de um ambiente universitário.

No que diz respeito aos professores, alguns buscam entender o processo de acessibilidade e mantêm comunicação com o Núcleo de Acessibilidade, enquanto outros, infelizmente, não contribuem para o ensino inclusivo e, muitas vezes, não reconhecem o aluno com deficiência como parte integral da turma. Isso pode ser evidenciado em situações como a aplicação de provas para alunos com deficiência visual, onde a prova deveria ser entregue com antecedência para que fosse feita a transcrição para o Braille, mas, por falta de sensibilidade, isso pode não ocorrer de forma adequada.

No entanto, também há momentos únicos e enriquecedores, como o jogo de xadrez para deficientes visuais, onde tivemos o privilégio de contar com um aluno com deficiência visual do curso de matemática e física como mentor. Sua

presença foi fundamental para facilitar o ensino e tornar a atividade inclusiva. Além disso, existem experiências gratificantes, como o trabalho realizado com massa de modelar por um aluno surdo, que inicialmente chegou desacreditado por não saber se conseguiria realizar a tarefa a tempo. Por meio de uma conversa esclarecedora e instruções adequadas, ele pôde entender o que deveria fazer e, no dia seguinte, entregou o trabalho, ressaltando que estava muito bonito.

Essas experiências demonstram que, apesar das dificuldades enfrentadas e dos desafios no processo de inclusão, é possível alcançar momentos de superação e aprendizado mútuo. É importante que haja um trabalho contínuo de sensibilização e conscientização de toda a comunidade universitária, incluindo alunos, monitores, professores e a própria instituição, para que a acessibilidade e inclusão sejam efetivamente promovidas. Somente com uma atitude coletiva e uma cultura de respeito e empatia é que poderemos criar um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos, com ou sem deficiência, possam se desenvolver plenamente e desfrutar de uma experiência acadêmica enriquecedora.

Figura 5: Jogo de xadrez para deficiente visual



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 6: Trabalho com massa de modelar do Curso de Ciências Biológicas.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Portanto, algo que acontece dentro do Núcleo de Acessibilidade, de forma muito negativa, é o aluno com deficiência que confunde facilidade com acessibilidade. Por vezes, o aluno pode não acreditar plenamente em seu potencial acadêmico, o que impacta diretamente em seus deveres e direitos como estudante. É importante esclarecer que a acessibilidade não significa facilidade em obter resultados acadêmicos, mas sim proporcionar as condições e recursos necessários para que o aluno possa desenvolver seu potencial e superar desafios.

A experiência no Nuaces contribuiu significativamente para minha vida pessoal ao me mostrar que o custo do cuidado e da atenção é menor do que o custo do reparo, ou seja, investir em acessibilidade desde o início é mais efetivo do que tentar corrigir problemas posteriormente. Além disso, aprendi a importância da empatia e do entendimento da humanização para com todos, reconhecendo que cada indivíduo enfrenta desafios em sua jornada e que precisamos encontrar uma forma saudável de superar as lutas diárias.

A minha entrada no Núcleo de Acessibilidade permitiu-me colocar em prática a Língua Brasileira de Sinais - Libras, aprimorando minha visão sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Essa vivência também reforçou a ideia de que todos podemos nos tornar profissionais de excelência, desde que haja dedicação e um entendimento genuíno da importância de sermos seres humanos empáticos e acolhedores.

Assim, compreendi que promover a acessibilidade e a inclusão não é apenas uma questão técnica ou legal, mas sim uma atitude de respeito e valorização da diversidade humana. Ao oferecer o suporte necessário para os alunos com deficiência, possibilitamos que eles alcancem todo o seu potencial acadêmico e profissional, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.



DESAFIANDO E APRENDENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UFOPA: RELATO SOBRE A MONITORIA DE ACESSIBILIDADE

Ana Lúcia Santos da Silva³

1 Introdução

O presente texto é um relato de experiência do projeto de monitoria em acessibilidade, presente na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e realizado pelo Núcleo de Acessibilidade (NUACES). De acordo com o projeto de monitoria institucional de acessibilidade, sua finalidade é garantir, quando necessário, o acompanhamento em atividades acadêmicas, abrangendo o ensino, pesquisa e extensão. Esse apoio visa melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, combatendo situações de repetência e evasão, e está alinhado ao Programa de Monitoria Acadêmica da universidade, vinculado a Pró-reitoria de Ensino-Proen/Ufopa.

Além disso, o projeto tem como propósito contribuir com a acessibilidade e produção de materiais didático-pedagógicos, incluindo leituras, descrições, gravações e discussões de textos, seminários, experiências em laboratórios,

³ Discente do Curso de Licenciatura em Geografia e bolsista do Núcleo de Acessibilidade na UFOPA.

provas, trabalhos e apoio em sala de aula, quando necessário. Essas ações visam proporcionar condições adequadas para o aprofundamento de conteúdos teóricos e práticos, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tudo isso é feito com o objetivo de promover a permanência e a conclusão bem-sucedida do ensino superior pelos alunos atendidos. O projeto de monitoria em acessibilidade desempenha um papel crucial na inclusão e no suporte aos estudantes com deficiência, garantindo que eles tenham igualdade de oportunidades para uma formação acadêmica completa e de qualidade. Nesse sentido, o projeto de monitoria em acessibilidade não apenas beneficia os alunos PCD, mas também busca contribuir para o processo de formação acadêmica dos monitores que atuam como bolsistas. Essa experiência de monitoria desperta o interesse pela docência, promovendo a orientação docente e estimulando o desenvolvimento de habilidades essenciais, tais como senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e dedicação às atividades institucionais.

A monitoria também incentiva os monitores a aprofundarem seus estudos nesse campo de atuação, possibilitando que adquiram conhecimentos específicos relacionados à acessibilidade e inclusão. Ademais, os monitores têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades para a produção e adaptação dos materiais necessários para dar suporte às aulas e auxiliar os alunos com deficiência em suas demandas acadêmicas.

Por meio dessa participação ativa como bolsistas no projeto de monitoria em acessibilidade, os estudantes envolvidos têm a chance de desenvolver competências importantes para a sua formação profissional, ao mesmo tempo em que contribuem para a inclusão e o apoio aos colegas com deficiência na universidade. Essa troca de conhecimentos e experiências enriquece a vivência acadêmica de todos os envolvidos e fortalece o compromisso com a construção de uma instituição mais inclusiva e acolhedora para todos os estudantes.

Os monitores de acessibilidade possuem uma sala designada para atender às demandas dos alunos com deficiência. Essa sala está localizada no campus Tapajós da Ufopa, em Santarém, no prédio BMT2, número 143 b. Atualmente, o programa conta com 14 monitores distribuídos em três turnos: 5 atuam pela manhã, das 8h às 12h; 7 à tarde, das 14h às 18h; e 2 à noite, das 18h às 22h. Todos os monitores devem cumprir uma carga horária de 20 horas semanais e são obrigados a registrar sua frequência, assinando na chegada e na saída, o que é feito na sala da coordenação do núcleo, localizada ao lado da sala dos monitores.

A medida foi tomada para garantir que todos os monitores cumpram efetivamente o horário de trabalho definido no edital. Anteriormente, alguns monitores não estavam cumprindo suas horas corretamente, apenas indo assinar a frequência e depois se retirando, o que levou à necessidade de um controle mais rigoroso para assegurar a presença e o cumprimento adequado das horas de trabalho. Dessa forma, a frequência na sala de coordenação permite uma melhor gestão das atividades e garante que os alunos com deficiência tenham o suporte necessário em seus horários de atendimento.

Eu, estudante do curso de licenciatura em Geografia da Ufopa, ingressei no programa no dia 05 de julho de 2021. Decidi me inscrever no edital porque sempre tive muita vontade de trabalhar com o público que o programa busca oferecer apoio. Além disso, também me motivei pelo certificado que seria concedido no final do edital, uma vez que todos os cursos da Ufopa requerem que os estudantes alcancem uma meta de carga horária complementar.

Quando iniciei minha atuação como monitora no Nuaces, fui calorosamente recebida pelos demais monitores, a maioria deles com experiência no programa. A coordenadora do projeto também sempre foi atenciosa e prestativa, disposta a esclarecer todas as nossas dúvidas. Nessa fase, todas as atividades na Ufopa estavam acontecendo de forma remota, o que nos levou a utilizar principalmente a plataforma *WhatsApp* para nos comunicarmos com os alunos.

No meu turno, que era à noite, éramos três monitores, cada um responsável por atender a três alunos por dia durante a semana. A escala era alterada semanalmente, pois alguns alunos demandavam mais apoio do que outros. Por exemplo, havia duas alunas com deficiência visual que necessitavam de suporte frequente.

Inicialmente, a orientação era enviar mensagens diárias para informar aos alunos quem estaria responsável por eles naquele dia. No entanto, alguns alunos se sentiam incomodados com essa frequência, pois nem sempre precisavam de ajuda diária. Decidi então enviar mensagens apenas nas segundas-feiras, informando aos alunos que eu seria a monitora responsável naquela semana e que estaria disponível para auxiliá-los dentro do meu horário de expediente.

Neste relato, descreverei minhas experiências durante o período remoto e presencial como monitora do Nuaces no período de 2021 a 2023. Irei abordar sobre minha relação individual com os alunos que prestei apoio, enfatizando os desafios enfrentados e os aprendizados obtidos em cada situação.

2 Período de ensino remoto

A relação com os alunos foi bastante diversificada durante minha atuação como monitora, e agora mencionarei algumas experiências que mais me marcaram com alguns deles:

Aluna 1: No meu primeiro dia como monitora, essa aluna me ligou desesperada em busca de auxílio pedagógico. Ela era a aluna que mais demandava atendimento segundo os monitores mais experientes. Sempre pedia para que eu fizesse os trabalhos de aula dela, o que não estava dentro do meu papel como monitora, pois eu devia apenas auxiliá-la, de acordo com o edital. Mesmo deixando claro quais eram as minhas responsabilidades, ela nunca ficava satisfeita com minhas respostas e continuava pedindo a mesma coisa repetidamente. Isso me deixava frustrada, pois também tinha outros alunos que precisavam de ajuda e era complicado lidar com essa situação. Às vezes, cedia aos pedidos dela, o que acabava gerando certo estresse, pois não sabia bem como lidar com essa demanda constante. O tipo de apoio que mais prestei a essa aluna foi a leitura de textos; eu gravava o áudio e enviava pela plataforma *WhatsApp*. Também transformava os materiais de estudo escaneados em texto, pois assim o aplicativo da aluna conseguia fazer a leitura de seus documentos.

Aluna 2: era a segunda aluna que mais necessitava de auxílio, mas tínhamos uma relação muito boa. Ela também costumava pedir ajuda para fazer os trabalhos, e muitas vezes isso acontecia até mesmo em fins de semana, fora do horário de expediente. Embora estivesse fora do meu horário de trabalho, eu não me negava a ajudá-la, pois eram coisas rápidas que não demandavam muito tempo. Às vezes, ela fazia chamadas de vídeo para que eu a auxiliasse em seus trabalhos. Também realizava leitura de materiais de estudo e enviava o áudio para ela.

Aluno 3: Esse aluno solicitou auxílio apenas uma vez para responder alguns questionários. Tive certa dificuldade, pois eram questões de exatas, e como aluna da área de humanas, não possuía as habilidades necessárias para atender essa demanda, que também não estava dentro das minhas atribuições como monitora.

Aluna 4: Uma aluna cursando o mestrado em educação, na primeira vez que a atendi, entrei em total desespero, pois ela me ligou por chamada de vídeo falando em Libras, e eu só sabia o básico. Ela ficou aborrecida, pois queria que eu interpretasse seu texto de mestrado, e eu não estava preparada para isso. Tendo em vista que só tive uma disciplina de Libras e participei de um minicurso, não me sentia capaz de interpretar um texto de mestrado. Percebi que essa aluna tinha grande interesse em que nós aprendêssemos mais Libras, e ela se dispôs a nos ensinar, criando um grupo no *WhatsApp* com esse propósito.

Aluna 5: Essa aluna sempre foi muito fácil de lidar. Ela possuía baixa visão e, quando precisava de auxílio, conseguia explicar claramente o que queria. Geralmente, solicitava a acessibilização de seus textos, pois o aplicativo do seu celular não conseguia fazer a leitura. Também pedia ajuda para acessar o SIGAA e digitar seus trabalhos no Word.

Com essas experiências, é possível observar as dificuldades que muitos desses alunos têm em entender a função dos monitores. Seria isso um costume deixado por monitores anteriores ou apenas falta de orientação e melhor condução por parte da coordenação? Independentemente da resposta, essa questão precisa ser reavaliada, pois acaba prejudicando a formação desses alunos.

3 Período presencial

Passei, então, um ano no projeto atuando de forma remota, até setembro de 2022, quando passamos a trabalhar presencialmente. No entanto, não estava mais atendendo no meu turno habitual, pois o núcleo de acessibilidade, por algum motivo, não estava funcionando à noite. A coordenação permitiu que os monitores do turno noturno escolhessem atender de manhã ou tarde. Essa mudança acabou me desestabilizando um pouco, pois estava difícil conciliar as atividades do núcleo com as disciplinas do meu curso e o estágio obrigatório.

Particularmente, estou gostando muito mais do programa presencialmente do que quando estava de forma remota. Agora, tenho os demais colegas monitores por perto para ajudar quando tenho alguma dificuldade. Por exemplo, eu tenho mais facilidade para lidar com os alunos com deficiência visual do que com os deficientes auditivos, ao contrário de alguns outros monitores que dominam Libras muito bem e têm mais facilidade com o público de deficientes auditivos.

Apesar da minha dificuldade em lidar com os alunos surdos, ainda assim eu conseguia atender as demandas dos dois alunos que mais pediam auxílio. Era possível fazer leitura labial, e quando eu não entendia muito o que estavam me comunicando, pedia para eles escreverem ou fazerem algum gesto que facilitasse o entendimento. O tipo de apoio que mais prestei a eles foi a digitalização de trabalhos e auxílio em cadastros e matrículas em disciplinas.

Em relação aos alunos com deficiência visual, eu sempre fazia leitura dos textos, ajudava a acessar o SIGAA e os acompanhava até o ônibus *intercampus* ou em qualquer atividade que necessitasse de locomoção pela universidade. Também auxiliei em alguns cadastros e matrículas em disciplinas.

Esses foram os alunos que eu prestei apoio, tanto no período remoto quanto no presencial até o momento. Os demais alunos frequentavam o núcleo com

frequência, mas alguns deles têm preferência por determinados monitores, e por isso, quando chegam, já procuram diretamente por eles.

4 Reflexões

Essa experiência tem sido muito enriquecedora para mim, principalmente porque pude perceber que alguns alunos gostam de ir para o núcleo para conversar, sentindo-se bem em um ambiente onde se sentem acolhidos. Ao mesmo tempo, ficou evidente que ainda falta muito para que a universidade tenha a estrutura adequada para acomodar esses alunos da educação especial de forma mais acessível. Um exemplo disso é o ônibus *intercampus*, que é muito alto e representa um obstáculo para os alunos com deficiência visual. Além disso, o prédio onde o núcleo se encontra é de difícil acesso, devido ao terreno acidentado e distante da portaria, o que dificulta a mobilidade dos deficientes visuais. A falta de computadores adequados na sala do núcleo também é um problema, já que muitas vezes apenas um estava funcionando, o que não era suficiente para atender ao público. Alguns alunos com deficiência visual também reclamam do barulho na sala, o que atrapalha o estudo e a escuta das leituras feitas pelos monitores.

Outro ponto importante a ser destacado são alguns professores da universidade que não facilitam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência. Isso fica evidente nos materiais que eles disponibilizam, sem diferenciais que possibilitem maior autonomia aos alunos. Além disso, há outras questões que não mencionarei aqui. Esses fatores me comovem e me incentivam a me envolver ainda mais nesse universo, buscando sempre me capacitar para atender melhor às necessidades desses alunos, seja de forma direta ou indireta.

É relevante ressaltar a importância que essas experiências trouxeram para a minha formação. Desde o início do meu curso, tive várias disciplinas voltadas para a educação, e em todas elas, enfatizou-se a importância de vivenciarmos essa realidade, principalmente porque muitos alunos saem da universidade despreparados para lidar com o público-alvo da educação especial. Isso ocorre, em grande parte, devido à falta de disciplinas que proporcionem uma preparação adequada. Através da minha participação nesse projeto, pude adquirir mais conhecimentos sobre como lidar de forma mais eficaz com as pessoas com deficiência. Isso tem sido gratificante e me impulsiona a buscar cada vez mais formas de contribuir para a inclusão e acessibilidade na educação.

5 Considerações finais

O projeto é de fundamental importância para qualquer discente que pretende atuar na sociedade, especialmente para mim, como estudante do curso de licenciatura em Geografia. Embora o curso ofereça algumas disciplinas voltadas para a educação especial, nada se compara ao programa de monitoria acessibilidade, onde posso vivenciar de perto as dificuldades dos alunos, suas frustrações, e sobretudo, os principais erros que os professores cometem ao lidar com eles, até mesmo nas universidades.

Essa experiência tem sido crucial, pois como futura professora, preciso estar preparada para os desafios do ensino básico e através do programa de monitoria, posso me preparar melhor e desempenhar um meu papel como educadora, contribuindo para uma sociedade onde todos, independentemente de suas limitações, tenham acesso a um aprendizado de qualidade por meio de metodologias ativas e inclusivas.



MONITORIA ACADÊMICA DE ACESSIBILIDADE: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO PERÍODO PANDÊMICO E PÓS-PANDÊMICO

Nayra Quetlen Avinte Vieira⁴

Meu nome é Nayra Quetlen Avinte Vieira, sou graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Ingressei no ano de 2017 e tive meu primeiro contato com uma pessoa surda, que se tornou meu primeiro colega de classe com alguma deficiência. Desde então, busquei aprender Libras para que pudéssemos manter um diálogo, proporcionando assim que ele se sentisse mais acolhido e integrado em nossa turma, uma vez que ele se comunicava principalmente com intérpretes e alguns poucos alunos que sabiam a Libras.

Ao presenciar os desafios que meu amigo enfrentava durante o curso, assim como outras pessoas com diferentes deficiências lidavam com obstáculos similares, comecei a refletir sobre o que poderia fazer para auxiliar e viabilizar seu aprendizado. Percebi que nosso curso possui muitos termos técnicos e científicos, e a maioria das disciplinas não possui sinais em Libras que compreendam todo o seu conteúdo. Foi então, no ano de 2020, que decidi atuar como monitora no Projeto de Monitoria Acessibilidade.

⁴ Acadêmica do Curso de Bacharelado de Ciências Biológicas, monitora no Núcleo de Acessibilidade da UFOPA.

O Projeto de Monitoria Acadêmica de Acessibilidade tem como objetivo promover a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial, favorecendo o desenvolvimento acadêmico-científico desses alunos por meio de ações de monitoria. Como monitores, juntamente com os alunos atendidos, buscamos criar propostas para diminuir e ultrapassar as barreiras que possam impedir a participação e inclusão das pessoas com deficiência ou necessidades específicas.

No papel de monitores de acessibilidade, cabe a nós auxiliarmos os alunos com deficiência, viabilizando sua inclusão e permanência na universidade. Desempenhamos atividades como acompanhamento em sala de aula, áudio descrição de imagens, acessibilização do material didático, leitura de textos, digitação, escrita, auxílio em mobilidade quando o campus não é acessível, produção de material didático, entre outras tarefas.

Ainda no ano de 2020, a pandemia de COVID-19 teve início no Brasil, interrompendo nossos atendimentos presenciais e nos forçando a adotar o atendimento remoto, o que se tornou mais um desafio. Agora, dependíamos da internet para nos comunicarmos, assistir aulas, realizar reuniões e apresentar e entregar trabalhos.

Os atendimentos aos alunos auxiliados pelo Núcleo de Acessibilidade tiveram que ser adaptados de acordo com as demandas específicas de cada aluno. Para os alunos surdos que não possuíam domínio da Língua Portuguesa, passamos a utilizar chamadas de vídeo como meio de comunicação. Já com os alunos cegos, a troca de áudios se tornou o meio mais eficiente de comunicação.

A instabilidade do sinal de internet foi apenas um dos obstáculos enfrentados por todos. Alguns atendimentos exigiam uma interação pessoal entre aluno e monitor, o que ficava inviabilizado devido ao cenário pandêmico vivido. Por conta disso, muitos alunos foram prejudicados, alguns chegaram a trancar o curso ou pensaram em desistir. O acompanhamento aos alunos cegos também foi bastante impactado, uma vez que nas salas de aulas virtuais não tínhamos como fazer a audiodescrição do material apresentado pelo professor sem atrapalhar os demais alunos.

Porém, houve também pontos positivos quanto ao atendimento remoto, como a otimização de tempo e mobilidade. Muitos alunos precisavam vir até o campus para serem atendidos, mas com o atendimento remoto, eles podiam receber auxílio no conforto de suas casas, sem precisar se deslocar até a universidade. Atividades simples, como a conversão de um arquivo para formatos diferentes, podiam ser feitas em questão de minutos, apenas com uma troca de mensagens entre o aluno e o monitor de acessibilidade, dispensando maiores incômodos com o deslocamento do aluno. A leitura de textos também podia ser feita por meio de ligações ou trocas de áudios via aplicativo de mensagens.

Com a volta das atividades presenciais, mesmo com as medidas de segurança ainda sendo mantidas, alguns aspectos do atendimento aos alunos ficaram um tanto prejudicados. Por exemplo, não é possível fazer a leitura de um material para um aluno cego a mais de 1 metro de distância sem que isso interfira no entendimento do mesmo. Além disso, o uso da máscara acaba por abafar a voz do leitor, tornando a leitura, por vezes, incompreensível.

No entanto, a comunicação por meio de aplicativos de mensagens se mostrou bastante eficiente, mesmo após o retorno presencial. O campus da universidade não é acessível e está constantemente passando por obras, o que cria muitos obstáculos até a chegada à Sala de Atendimento dos Monitores. Muitas vezes, os alunos precisam de coisas simples, como a conversão de um arquivo ou o envio de uma atividade por e-mail. Essas tarefas podem ser realizadas rapidamente por meio de trocas de mensagens, evitando que o aluno precise se deslocar sem necessidade.

A seguir, destaco as experiências mais marcantes da minha trajetória como monitora.

1 Acompanhamento de aluno a evento na orla da cidade

O evento em questão foi a Feira de Ciências e Tecnologias Educacionais da Mesorregião do Baixo Amazonas - PA, que ocorreu no mês de outubro de 2022, tendo a sua última ação realizada na orla da cidade (Figura 1 e 2). A demanda era acompanhar um aluno cego nesse evento para fazer a audiodescrição de todos os trabalhos que seriam expostos.

Figura 7a e 7b: Aluno manuseando fios de condução expostos na feira.



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

De todos os trabalhos apresentados, um em especial chamou a atenção do aluno por ser o mais acessível. Tratava-se de um trabalho sobre fios de condução, e como havia amostras desses fios e cabos, o aluno pôde tatear e perceber a diferença de espessura e textura de cada um deles. Além de trabalhos relacionados às ciências, física ou química, houve também apresentações com diferentes paisagens. Eu descrevi cada uma delas, destacando seus elementos, o que compunha a obra e como eram os traços.

Esse atendimento em específico foi o que mais contribuiu para que eu pudesse exercitar a audiodescrição, uma experiência que tive poucas oportunidades devido à suspensão dos atendimentos presenciais. Além disso, também tive a oportunidade de atuar como guia em espaços públicos abertos, o que enriqueceu ainda mais minha experiência como monitora de acessibilidade.

2 Incompreensão das competências dos monitores

Durante a minha jornada como monitora, foi bastante comum deparar-me com casos de alunos que desejavam que eu fizesse as atividades por eles, resolvesse as questões, lesse uma apostila e fizesse resenhas. Mesmo deixando claro quais eram as minhas competências como monitora de acessibilidade, alguns alunos se revoltavam e ameaçavam fazer denúncias à coordenação do Núcleo, alegando que eu não estava cumprindo minhas obrigações e negando-lhes auxílio. Esse foi um dos pontos negativos da minha monitoria, mas não se pode generalizar, pois também tive experiências positivas.

A pandemia nos privou de muitas experiências que seriam valiosas para o nosso aperfeiçoamento como monitores, mas as que tive certamente contribuíram para que eu saiba hoje a forma correta de atender cada aluno, considerando suas especificidades. O Programa de Monitoria Acadêmica de Acessibilidade é muito necessário para assegurar os direitos dos alunos com deficiência dentro e fora da universidade, garantindo sua inclusão efetiva no âmbito acadêmico, sem prejuízos devido à falta de acessibilidade. Embora ainda haja um longo caminho a percorrer para diminuir os obstáculos e preencher certas lacunas, a monitoria de acessibilidade já representa um avanço significativo.



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lívia Christiny Albarado Correa⁵

Este relato tem como objetivo trazer minhas experiências desde o início de minha atuação no Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, que teve início em junho de 2021, até o momento atual. Aqui serão descritos alguns desafios e experiências positivas em relação à adaptação e desenvolvimento de relações tanto com os alunos que acompanhamos quanto com os demais monitores.

O Nuaces é um núcleo interno da universidade que tem como objetivo proporcionar apoio e acompanhamento do processo de inclusão de alunos considerados público-alvo da Educação Especial, abrangendo em sua maioria alunos com deficiências visuais e auditivas. A universidade oferece bolsas para alunos da instituição que se interessam em atuar como monitores de acessibilidade. Os interessados concorrem em um processo seletivo por meio da inscrição em um edital, onde os pontos são obtidos a partir da avaliação de cursos e disciplinas relacionadas ao tema. Por estar cursando Pedagogia na Ufopa, pude conseguir a vaga, pois minha grade curricular abrange diversas disciplinas que abordam o tema, além de ter feito muitos cursos relacionados à Educação Especial.

⁵ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia, monitora do Núcleo de Acessibilidade e residente do Programa de Residência Pedagógica na Universidade Federal do Oeste do Pará.

A maioria dos monitores possui domínio básico em Libras para melhor atender os alunos surdos, apesar de a Ufopa dispor de intérpretes para esses alunos, além de oferecer capacitações em audiodescrição, braile e outros. É válido lembrar que o Núcleo de Acessibilidade está constantemente ofertando cursos para contribuir com nossos conhecimentos e trazer melhorias ao atendimento dos alunos.

A atuação dos monitores tem como intuito acessibilizar os textos disponibilizados pelos professores, acompanhar os alunos em aulas de campo e laboratório, auxiliá-los na produção de trabalhos, entre outras atividades. Observo em minha prática que devemos ter atenção ao modo como auxiliamos os alunos no desenvolvimento de suas atividades, evitando fazer por eles e priorizando o "tornar acessível", para estimular sua independência nas tarefas exercidas e, principalmente, no exercício de uma autonomia acadêmica.

A maneira geral, busco práticas de acessibilidade que se adequem aos alunos, especialmente no caso de alunos com deficiência visual. Leio textos de maneira lenta e pausada para que eles possam ter uma melhor compreensão do conteúdo passado por seus professores. Embora eles possuam tecnologias acessíveis para reproduzir os textos, as vozes mecanizadas dos celulares, por exemplo, não facilitam tanto a compreensão como ouvir alguém lendo pessoalmente o texto. No caso de alunos surdos, o acompanhamento é prejudicado pela pouca comunicação em Libras, já que não tenho domínio da língua. Embora a universidade tenha intérpretes de Libras-Português, nem sempre estão disponíveis para nos auxiliarem.

Meu ingresso no Nuaces ocorreu durante a pandemia, portanto, o atendimento era feito de forma remota. Os primeiros dias foram extremamente difíceis, pois ainda não tínhamos orientações específicas sobre os alunos que iríamos acompanhar. Recebíamos um e-mail com a escala, onde cada monitor era designado para acompanhar de quatro a cinco alunos por semana, fazendo o atendimento via *WhatsApp* ou e-mail. Nesse processo, a parceria com outros monitores foi fundamental, ocorrendo colaborações e apoio para que pudessemos contatar os alunos a serem acompanhados.

Inicialmente, eu enviava um áudio para os alunos com deficiência visual para que pudessem conhecer minha voz, e dessa forma eu achava mais fácil me apresentar e repassar as informações. Quanto aos demais alunos, eu havia feito um texto pronto informando que eu era a nova monitora, me apresentando e perguntando se estavam precisando de algum tipo de auxílio. Neste primeiro momento, quase nenhum aluno me respondia, e os que respondiam diziam que não precisavam de ajuda. Às vezes, os alunos solicitavam acompanhamento

de um monitor específico com o qual se identificavam mais e tinham maior facilidade de comunicação. Em algumas situações, isso me causava frustração, pois os alunos davam preferência a alguns monitores e nem sequer aceitavam meu auxílio.

Demorou certo tempo para que eu conquistasse a confiança de alguns alunos, e outros só permitiram que eu me aproximasse ou aceitaram meu auxílio após o retorno do atendimento presencial.

O atendimento online se baseava em ler os textos para os alunos quando o professor não os disponibilizava em formato de PDF para que os celulares pudessem fazer a leitura, ou quando havia muitas imagens ou gráficos poluindo a narração automática dos celulares dos alunos. Nosso trabalho era muito mais complexo, pois a grande maioria deles não tinha conhecimento básico de tecnologias, e por isso, não conseguiam escrever trabalhos, fazer pesquisas ou entrar nas salas virtuais criadas pelos professores, além de não conseguirem acessar seus e-mails e abrir o sistema da Ufopa para avaliar suas notas ao final das disciplinas.

Com o passar do tempo, pude perceber que trabalhar com alunos com diferentes deficiências exigia muita empatia, paciência e dedicação, pois em todo o contato com a intenção de ajudar, devemos nos colocar no lugar do outro e tentar compreender as dificuldades que ele enfrenta. Compreendi também que grande parte dos alunos recebem uma atenção diferenciada dos familiares, baseada em atitudes capacitistas, fazendo por eles atividades diárias e prejudicando a aquisição da autonomia. Por esse motivo, os alunos esperavam de mim a mesma atitude, que fizesse os trabalhos por eles.

Diversas vezes fui obrigada a reclamar com a coordenação relatando esse comportamento, até perceber que não bastava falar que não era honesto fazer o trabalho por eles, que isso não estaria os ajudando, e sim prejudicando. Eu precisava aprender a mostrar isso a eles na prática, sem que eu literalmente falasse sobre o assunto. Conforme fui mudando minha maneira de abordá-los e passei a ser um instrumento de auxílio para que seus trabalhos fluíssem, a convivência foi gradativamente melhorando.

Em 2022, a universidade retornou às atividades presenciais, e passamos a fazer o acompanhamento presencial dos alunos na sala do Núcleo de Acessibilidade. Este foi um novo desafio, pois ainda existiam alunos que negavam meu atendimento por não me conhecerem e eu precisei me aproximar deles de acordo com que procuravam o núcleo. Este também foi um processo de readaptação para os alunos, já que a Ufopa havia passado por mudanças e a sala de atendimento foi transferida para outro campus da Ufopa, o qual ainda precisa

de significativas melhorias em termos estruturais de acessibilidade. Ainda enfrentamos dificuldades de locomoção dos alunos com deficiência visual, pois as ruas são cheias de pedras e buracos, e levar os alunos da sala de atendimento ao ônibus *intercampus* leva um tempo muito longo.

Nestes dois anos de atendimento, aprendi muito sobre a convivência e a abordagem pedagógica com pessoas com deficiência. Meu papel como monitora não é dar aula e nem ensinar nada a eles, mas sim orientá-los com relação a trabalhos e acessibilizar textos e outros materiais disponibilizados pelos professores, além de acompanhá-los em aulas específicas. No entanto, meu papel passou a estar fortemente associado ao trabalho pedagógico de ensino.

Também vivenciei momentos que me marcaram em termos emocionais e afetivos. Um dos acompanhamentos que mais me marcou e emocionou durante o período remoto foi quando uma aluna com deficiência visual me pediu auxílio com um texto disponibilizado por sua professora para estudo de uma prova. O texto não estava no formato correto para que ela pudesse ouvir através da ferramenta em seu celular, então ela me pediu para ler para ela. Inicialmente, foi um susto ver que o texto tinha 51 páginas, e cheguei a pensar que não conseguiria. No entanto, percebi o quanto a situação estava delicada para a aluna, que precisaria fazer a prova poucos dias depois.

Iniciei a leitura lenta e pausada para que a aluna pudesse compreender através da ligação no *WhatsApp*. Ao final do texto, comecei a tossir muito e sentir dores leves na garganta, mas persisti e li o texto até o final em apenas um dia. Quando terminamos o estudo, a aluna demonstrou imensa gratidão por eu não ter negado a ajuda e ter lido com cautela para que ela pudesse compreender. Ela me relatou que estava preparada para sua prova e me pediu ajuda com um trabalho no dia seguinte usando o mesmo texto, onde pude observar que ela realmente havia aprendido todo o conteúdo. Senti nesse momento a importância do trabalho do monitor de acessibilidade para o bom rendimento desses alunos e finalizei esse acompanhamento com a sensação de dever cumprido, de ter ajudado alguém fazendo todo o esforço que poderia fazer naquele momento.

Com relação ao período presencial, acompanhei junto com outra monitora um aluno com deficiência visual em uma exposição de um grande evento que acontecia na universidade. A exposição ocorreria na orla da cidade e um monitor não conseguiria realizar o atendimento sozinho, e apesar de ser no período noturno, me dispus a acompanhar o aluno com a monitora. Chegando ao local, eles ainda não haviam chegado, então aproveitei para observar a organização das exposições para saber por onde poderia passar com o aluno. Quando ele chegou, nós optamos por revezar as descrições dos quadros expostos, e um deles

retratava a pedra do pilão, que é um importante ponto turístico da minha cidade. Eu descrevi a imagem para o aluno e comentei sobre os demais espaços que não eram retratados na imagem com todos os detalhes que poderia lembrar no momento. Me lembro que o aluno disse que sentiu vontade de conhecer o lugar quando tivesse oportunidade, e após isso, seguimos para as próximas exposições, chegando a um painel com diversos fios elétricos que ele se interessou por ser do curso de física e ter conhecimento sobre o assunto, onde tiramos uma foto para registrar o momento.

Após passarmos por todas as exposições, senti meus pés doloridos de cansaço por ter passado várias horas em pé, mas novamente me senti grata por ter tido a oportunidade de dar apoio ao aluno e ter experimentado acompanhá-lo fora da sala do núcleo de acessibilidade pela primeira vez. A experiência de descrever tantas coisas que fugiam do meu conhecimento, como materiais de física, em meio a uma multidão de pessoas que passavam e conversavam ao redor, foi desafiadora, pois precisei falar mais alto para que o aluno pudesse me ouvir bem, o que potencializou meu cansaço ao final das atividades.

Com isso, expressei minha imensa evolução tanto como acadêmica quanto como monitora, por ter vivenciado momentos que contribuíram imensamente para minha formação e atuação como professora em âmbitos fora do núcleo de acessibilidade. Recordo-me do momento em que me inscrevi para ser monitora buscando absorver vivências que me tornassem uma melhor professora ao trabalhar com crianças com deficiência, pois sabia que essas vivências me proporcionariam uma nova visão para este espaço de atuação. Pretendo continuar como monitora até a conclusão do meu curso de graduação e aprender muito mais em formações neste contexto, especialmente aprendendo com os próprios alunos que acompanho.



INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE: UMA JORNADA PELO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE

Gisele Santos de Jesus⁶

Minha trajetória com a acessibilidade começou durante minha entrada na faculdade, quando tive a oportunidade de cursar a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Curso de Pedagogia. Esse contato inicial despertou meu interesse pelo universo da Acessibilidade, e logo em seguida busquei por mais capacitação. Em 2019, o Núcleo de Acessibilidade (NUACES) em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) ofereceu um curso de Libras Básica com carga horária de 60 horas, o qual proporcionou acesso ao conhecimento dessa língua e ampliou minha comunicação com os surdos.

Ao descobrir a existência de um atendimento especializado no Nuaces, busquei informações sobre como fazer parte desse projeto. Uma amiga que já participava me explicou os procedimentos para ingressar no Núcleo de Acessibilidade. Inicialmente, tinha a intenção de ser voluntária, mas logo percebi a necessidade de seguir o edital específico oferecido pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) para me tornar oficialmente parte do Núcleo. O curso de Libras em 2019 despertou meu desejo de fazer parte da inclusão e ressaltou a importância de haver setores prontos para atender a comunidade acadêmica que possui deficiência.

⁶ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia e monitora do Núcleo de Acessibilidade, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)..

Ao ingressar no Núcleo de Acessibilidade, meu objetivo principal era desenvolver ainda mais o conhecimento que adquiri no curso de Libras. Anteriormente, tentei entrar no núcleo em outras ocasiões, mas por motivos de choque de horários, acabei adiando minha participação devido à rotina da época. Porém, quando finalmente consegui fazer parte do projeto, me senti motivada a contribuir para a inclusão e acessibilidade na universidade, atendendo às necessidades das pessoas com deficiência e buscando promover um ambiente mais inclusivo para todos.

Atualmente, estou totalmente envolvida no Núcleo de Acessibilidade, pois passei na seleção do edital de 2022, o que proporcionou um contato mais próximo com a Libras. Os alunos constantemente buscam auxílio para acessibilidade e flexibilização das atividades, o que me permite interagir e aprender mais sobre a educação especial. O Nuaces oferece diversas oportunidades para trabalhar com pessoas com deficiência (PCD) em geral, e como monitora, tenho a chance de entender suas dificuldades e vulnerabilidades. Vale destacar que cada indivíduo possui pontos fortes e que suas deficiências não os limitam intelectualmente. Por exemplo, pessoas com deficiência visual têm a capacidade de mentalizar o conteúdo que ouvem e mapeá-lo em suas mentes, absorvendo-o através da audição. Da mesma forma, os deficientes auditivos utilizam seus olhos como meio de compreender o aprendizado e são capazes de produzir conteúdo acadêmicos, como artigos e resumos, desafiando as barreiras impostas pela sociedade.

Contudo, é importante questionar: quem são os "monitores"? O que eles fazem? Para entendermos melhor, é necessário explicar que os monitores são acadêmicos de diferentes cursos, selecionados através de um edital específico oferecido pela UFOPA, que possuem qualificações na área da inclusão para atender as demandas do Núcleo de Acessibilidade. Eles são responsáveis por tornar o atendimento possível, disponibilizando e adaptando os conteúdos das salas de aula junto com as tecnologias da sala especializada do Nuaces. Os monitores desempenham um papel essencial, facilitando a acessibilidade e garantindo que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação, promovendo assim um ambiente acadêmico mais inclusivo.

E que tipo de tecnologia? As tecnologias disponíveis no Núcleo de Acessibilidade são essenciais para garantir o acesso e a inclusão dos alunos com deficiência. Os computadores possibilitam o acesso à internet e o uso de plataformas digitais para acessar as atividades acadêmicas. Além disso, o aplicativo DOSVOX é utilizado para leitura de tela, auxiliando na compreensão das atividades por pessoas com deficiência visual e auditiva. Os monitores que aprenderam Libras também desempenham um papel fundamental, ajudando e auxiliando os alunos surdos na interpretação e explicação das atividades.

Os monitores atendem apenas alunos cegos e surdos? Não. Eles também oferecem apoio a pessoas com outras deficiências, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência física. Por exemplo, alunos com deficiência física podem solicitar auxílio na formatação de seus trabalhos acadêmicos, já que enfrentam dificuldades em adequá-los às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A universidade proporciona um espaço de acessibilidade, inclusão e interação para os acadêmicos com deficiências, promovendo aprendizagem e convivência intrapessoal e interpessoal. A sala de atendimento é um espaço compartilhado por monitores e alunos que solicitam atendimento, tornando-se um ambiente de troca e apoio mútuo. No entanto, é importante que esse espaço esteja sempre em adaptação, considerando o tamanho e a mobilidade para garantir que todos tenham seus direitos atendidos de forma igualitária. A busca contínua pela melhoria do espaço de atendimento é essencial para proporcionar uma experiência positiva e inclusiva para todos os envolvidos no Núcleo de Acessibilidade.

É importante considerar o atendimento do Nuaces em diferentes momentos para garantir a inclusão e acessibilidade dos alunos com deficiência em diversas situações dentro da universidade. **1.** Na sala de aula, o monitor tem a função de auxiliar o acadêmico com deficiência, proporcionando apoio durante a leitura e explicando os comandos das provas. Além disso, durante a escrita, o monitor deve transcrever fielmente o pensamento do aluno, assegurando a autoria das respostas. **2.** Em eventos acadêmicos, os alunos com deficiência podem solicitar o acompanhamento do Núcleo através de um formulário disponível no site da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES). O monitor é responsável por viabilizar o acesso do aluno ao evento e acompanhá-lo durante a participação. **3.** No espaço do Núcleo, os alunos com deficiência podem procurar auxílio para diversas atividades, como leitura, formatação de textos, slides, digitalizações ou transcrições de respostas. O monitor orienta o aluno no que deve ser feito de acordo com os comandos do professor que solicitou a atividade. **4.** No Restaurante Universitário (RU), o monitor escalado auxilia os alunos com deficiência, bem como os servidores que também possuam deficiência, a serem servidos com suas refeições. Esse auxílio é fundamental para viabilizar a mobilidade dos alunos e garantir o acesso ao refeitório. **5.** Após um dia de atividades pela universidade, os monitores também auxiliam os alunos com deficiência na saída, acompanhando-os até o ônibus *intercampus*, que é o ônibus que circula dentro da universidade, facilitando a locomoção dos alunos entre os campus Rondon e Tapajós.

Essas ações demonstram o comprometimento do Núcleo de Acessibilidade em proporcionar um ambiente inclusivo e acessível para todos os acadêmicos com deficiência, garantindo que eles possam participar plenamente da vida universitária e usufruir de seus direitos de forma igualitária.

Então, é adequado refletir sobre a inclusão e acessibilidade de todos os alunos, sem distinção, com mais atenção. Uma vez que as pessoas estão cientes que a universidade possui uma diversidade de pessoas, é importante respeitar a prioridade das pessoas com deficiência de entrar em primeiro no ônibus *intercampus* ou passar na frente da fila no Restaurante Universitário, respaldada pela Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que discorre no “Art. 1º. As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei”. Mesmo com o amparo legal algumas pessoas ainda apresentam um olhar de rejeição.

Tendo em vista que o ser humano está sujeito às mazelas da sociedade e, infelizmente, a estrutura social foi criada em cima de preconceitos, é necessário quebrá-los não apenas conscientizando, mas também com ações voltadas a destituí-los. Os alunos com deficiência precisam compreender que nem todas as pessoas são iguais e têm plena consciência de suas atitudes e ações, sem renunciar a seus direitos regidos por Lei.

Portanto, é importante refletir sobre nossas expectativas, pois colocar muita expectativa em algo pode levar à frustração, embora possa ser uma experiência ótima do jeito que imaginamos. Ao entrar no mundo da acessibilidade com entusiasmo e mergulhar de cabeça, chegar com todo o gás pensando que vamos transformar a sociedade de uma hora para outra. No entanto, a realidade nos apresenta pequenas frustrações que colaboram para o crescimento e entendimento do nosso papel na sociedade. Será realmente que queremos fazer a diferença?

Às vezes não é como o esperado, pelo fato de idealizarmos uma utopia, mas ainda assim a inclusão na sociedade anda em passos moderados ou até mesmo em passos lentos, que de vez enquanto retrocede alguns passos, porém sempre pensando em dar o dobro de passos na construção de um lugar melhor. Portanto, o percurso como monitora mostrou que para fazermos a diferença não precisamos mover céus e terras para transformá-lo rapidamente, mas podemos plantar pequenas sementes e trabalhar com excelência para que no futuro esses cidadãos com deficiências se tornem a melhor versão que puderem ser.

Referência

BRASIL. **Lei n. 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Larissa Maiara Amorim Picanço ⁷

O termo "acessibilidade" é definido pela ABNT (2004) segundo a NORMA 9050 como condições para a utilização autônoma de espaços, móveis, equipamentos, transporte, comunicação e informação, incluindo os sistemas tecnológicos em zonas urbanas e rurais, para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam ter autonomia para usufruir desses recursos. Amparados pela Lei Federal nº 13.146, que assegura a todas as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida a autonomia nos espaços públicos e privados, esses espaços devem seguir normas de adequação para garantir a inclusão dessas pessoas na sociedade e atender suas necessidades básicas, como a disponibilidade de banheiros adequados para cadeirantes e deficientes visuais, calçadas com piso tátil, entre outros serviços necessários.

Núcleo de Acessibilidade (NUACES) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), vinculado à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), vem lutando para atender os discentes com deficiência e mobilidade reduzida, visando à inclusão desses discentes no ambiente universitário. Para isso, conta com bolsistas que atendem

⁷ Acadêmica do curso de Geologia e monitora do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa.

em horário comercial durante o dia e à noite, a partir das 18 horas, com o objetivo de colaborar com os discentes com deficiências em suas atividades acadêmicas.

No período de agosto de 2022 a janeiro de 2023, as experiências que tivemos como monitores de acessibilidade foram desafiadoras. Atender aos discentes com deficiência visual e auditiva sempre representa um desafio, pois devemos considerar as individualidades de cada pessoa e respeitá-las para que não se sintam sobrecarregadas ou superiores aos outros.

Um dos discentes que auxiliamos possui deficiência visual decorrente de um trauma após um acidente de trânsito. Ele está cursando um curso na área de ciências exatas. Esse discente frequenta regularmente o espaço do Nuaces para estudar, fazer exercícios e avaliações. Apesar de ser muito inteligente e esforçado, ele sempre expressa um sentimento de pesar em suas palavras, colocando-se como um peso para os outros. Infelizmente, não podemos ajudar em questões relacionadas ao ambiente familiar, que muitas vezes impõe paradigmas de que as pessoas com deficiência são incapazes e sem valor. Durante muitas conversas durante os atendimentos, esse discente verbalizou esse sentimento.

As dificuldades enfrentadas internamente por esta autora estão relacionadas ao contato abrupto que tivemos com os diversos mundos que necessitavam de suporte, o que gerou muitas dúvidas. Como ajudar? Será que é possível? Tenho capacidade para isso? Como guiar corretamente durante uma caminhada? Essas dúvidas foram sendo sanadas ao conviver com os alunos e com o auxílio do servidor cego Ivanilson Cardoso, atual coordenador do Nuaces.

Ele sempre nos indica o caminho para melhor auxiliar os alunos cegos. Recebemos orientações sobre a maneira como falamos e nos posicionamos diante de situações, especialmente com os discentes que possuem algum tipo de deficiência. Por exemplo, os deficientes visuais conseguem identificar as emoções mais fortes das pessoas quando caminhamos com eles, pois podem perceber as expressões corporais do guia por meio da compensação dos sentidos. Essas habilidades vão se aperfeiçoando com o tempo.

Apesar de já estarmos atendendo os discentes do Nuaces há algum tempo, a estrutura oferecida pela Ufopa ainda não atende plenamente às demandas que eles têm. Para chegar ao local onde o Nuaces está instalado, é preciso percorrer um caminho sem calçamento, sem identificação e com muitas pedras, galhos e objetos. Os discentes com deficiência visual são os que mais sofrem com essa falta de estrutura arquitetônica, pois podem tropeçar e se machucar, apesar do auxílio das tecnologias assistivas, como a bengala, que os ajuda na locomoção.

A maior parte dos discentes atendidos pelo Nuaces usam as tecnologias assistivas, entretanto, existem discentes que não aceitam essas tecnologias e se

colocam em constante risco, até mesmo de vida, por não usar principalmente a bengala para caminhar e se arriscam atravessando ruas sem identificação para que os motoristas saibam e respeitem a caminhada destes discentes.

Para que o discente tenha melhor entendimento sobre o assunto da disciplina, utilizamos de metodologias tais como produzir: figuras, objetos que possibilitem o discente de tatear e entender o que o professor está passando, desta forma o discente tem melhor compreensão. Para a produção desses objetos são necessários alguns itens como isopor, cola, tesoura, papel e outros.

Atendemos também deficientes auditivos/surdos que se comunicam em Libras, que infelizmente não é trabalhada como o Português, Matemática e outras disciplinas. Isso pode dificultar a comunicação em determinadas situações. Em função disso, o Nuaces oferece minicursos e oficinas que nos capacitam ou diminuem as dificuldades no atendimento, até que estejamos fluentes em Libras, principalmente em relação à variação regional.

A partir da minha experiência e percepções como monitora no Nuaces, considero que os discentes com deficiência auditiva/surdez precisam que os bolsistas traduzam a aula, a conversa e os exercícios/avaliações para que possam acompanhar a turma. Por isso, é importante a oferta de capacitação com cursos de Libras direcionados aos monitores. Durante as aulas, os discentes podem ser auxiliados pelos intérpretes de Libras se eles solicitarem o serviço ao Nuaces. Isso certamente facilita o processo de ensino-aprendizagem, pois muitos professores não possuem conhecimento em Libras e, infelizmente, nunca tiveram contato com discentes com deficiência ou mobilidade reduzida.

As principais dificuldades de auxiliar o discente com deficiência auditiva são algumas palavras complexas para traduzir e a falta de conhecimento básico em Libras para melhor atendê-los. Atuando como monitores, vamos aprendendo com os discentes e outros bolsistas mais fluentes para garantir uma comunicação eficiente entre o Nuaces e os discentes assistidos.

Muitos discentes procuram o Nuaces para acompanhamento em questões relacionadas à Ufopa, o que requer conhecimento básico de seus direitos dentro da universidade. Infelizmente, ainda existe pouca divulgação e falta de conhecimento dos discentes em relação aos serviços disponibilizados pelas Pró-reitorias, bem como a falta de didática específica para os discentes com deficiência ainda enfrentada por eles dentro da sala de aula. Esses aspectos dificultam a permanência na universidade.

Os relatos aqui mencionados têm o objetivo de salientar a importância das políticas de inclusão e acessibilidade não somente na universidade com enfoque na educação, mas também na garantia dos direitos que muitas vezes são

tolhidos, dificultando o acesso, a inclusão e a permanência na universidade. Em relação ao Nuaces, considero que falta incentivo para que esse Núcleo atue de forma mais eficaz dentro da universidade, sem deixar os discentes desassistidos e vulneráveis. Sugerimos, como efeito imediato, o aumento da quantidade de bolsas com essa finalidade.

Além disso, o trabalho desempenhado durante esses meses aumenta o campo de visão, a empatia e a compreensão de que o outro tem dificuldades, mas é capaz de realizar suas funções e desempenhar papéis importantes na luta dessa comunidade, sendo os próprios protagonistas de suas vivências e histórias.



NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

Igor Picanço ⁸

1 Introdução

Meu nome é Igor Ezequiel dos Santos Picanço, sou acadêmico do curso de Licenciatura em História, ingresso no ano de 2018, e participo como monitor do Núcleo de Acessibilidade desde o ano de 2020. Entrei por meio do edital n. 16/19 – PROEN/DE, de 28 de fevereiro de 2020, e continuei como monitor pelo edital de renovação, a partir do cadastro de reserva, em 2020.

Decidi me inscrever no programa de monitoria acadêmica pelos inúmeros benefícios que oferece, especialmente para os discentes dos cursos de licenciatura. Acreditei que o programa seria uma oportunidade para nos prepararmos para as situações diversas e desafiadoras que podem ocorrer na sala de aula com alunos que tenham algum tipo de deficiência física, motora, intelectual, social ou múltipla no ensino regular. No entanto, no meu primeiro ano de monitoria,

⁸ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História e monitor do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Oeste do Pará.

tive pouco contato com os alunos devido à pandemia de COVID-19, que obrigou a adoção de atividades remotas e limitou o contato presencial.

Com o retorno das atividades em 2021, ainda de forma virtual, enfrentamos muitas dificuldades que talvez sejam desconhecidas na área da educação especial, como a escassez de recursos tecnológicos voltados exclusivamente para a educação. Tínhamos pouquíssimos recursos à nossa disposição para acessibilizar materiais para os alunos com deficiência à distância. Nesse ínterim, a universidade abriu, no primeiro semestre de ensino remoto, editais para a disponibilização, para aqueles alunos que estivessem aptos, de um pacote de dados e de *chromebooks*.

A partir desse momento, serão expostas vivências e experiências adquiridas no período remoto e na volta dos atendimentos presenciais. Relatarei cinco experiências que vivenciei com alunos cegos e surdos, bem como todas as dificuldades que o modelo de ensino remoto durante a pandemia causou, tanto para os monitores do núcleo de acessibilidade quanto para os discentes com deficiência (PcDs).

Caso 01 e 02 - Um ciclo vicioso

O primeiro caso trata-se de duas irmãs, ambas discentes do curso de Pedagogia. Relatarei as experiências conjuntamente, pois todas as situações que aconteceram com uma também aconteceram com a outra. As duas irmãs são cegas, e os atendimentos aqui narrados foram durante o período da pandemia, ou seja, todos os atendimentos foram em formato virtual, incluindo a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de uma delas.

Nós, monitores de acessibilidade, temos obrigações bem esclarecidas no plano de trabalho de monitoria com relação aos atendimentos que devemos prestar. Essas limitações de atendimento, no que se refere ao atendimento pelo aparelho celular e/ou computador, eram enviadas via e-mail toda semana, tanto para monitores quanto para alunos. Teoricamente, nós monitores sabíamos o que tínhamos que fazer e os alunos o que pedir, porém, isso não acontecia com as solicitações das duas irmãs. Elas pediam para fazer o trabalho para elas, e a partir do momento que explicávamos que não poderíamos fazer isso, elas tinham três reações: ficavam com raiva, procuravam outro monitor que fizesse o que elas estavam pedindo e, quando não conseguiam, começavam a fazer chantagens emocionais. Diziam que estavam desesperadas, que estavam chorando muito e que, se não fizéssemos o trabalho para elas, teriam que pagar alguém para fazer, entre outras coisas.

A maioria das demandas delas baseava-se na conversão de texto para um formato em que o leitor dos seus celulares pudesse fazer a leitura do texto e

na digitalização de textos para provas ou qualquer outra avaliação. A inscrição em eventos era bem esporádica, mas de vez em quando aconteciam solicitações desse tipo, além do preenchimento de formulários *online*.

Quando não fazíamos o que elas queriam, elas nos xingavam e ameaçavam abrir denúncias contra os monitores ou denunciar para a coordenação. Essas situações nos causavam desconforto e revolta, pois sempre repassávamos essas situações para a coordenação, que conversava com as irmãs, mas nada mudava. As mesmas situações se repetiam

■ Caso 03 – Universidade para além de seus muros

Um dos casos mais complexos para mim foi, sem dúvida nenhuma, o de uma aluna cega do curso de um dos cursos de bacharelado. No retorno ao atendimento presencial, no ano de 2022, a situação mudou drasticamente. O comportamento da aluna era agressivo, sua forma de falar era arrogante, sempre utilizando palavras de baixo calão e xingando os demais colegas. Ela tratava mal qualquer pessoa que não fizesse o que ela queria, e como já estávamos no modelo de ensino presencial, isso nos afetava psicologicamente.

Seus atendimentos eram, na maioria das vezes, leitura de textos e acompanhamento dentro de sala de aula, o que ela se recusava a aceitar. Os atendimentos em sala de aula eram solicitados pelo professor da disciplina, sem perguntar a ela se ela iria querer ou precisar. Quando ela ficava sabendo que iria ser acompanhada por algum monitor, ficava aborrecida e não queria auxílio dos monitores, alegando querer dormir durante a aula. Ela não prestava atenção nas leituras que eram realizadas no núcleo de acessibilidade referente às disciplinas em que estava matriculada, pois sempre alegava estar com fome e/ou com problemas familiares, o que forçava os monitores a repetirem a leitura diversas vezes.

Seu comportamento é inaceitável. Ela já chegou a agredir uma aluna no ônibus *intercampus*, e sua justificativa foi: "— Eu não gosto dela". Essas inúmeras situações geram medo e um enorme desconforto nos monitores, pois nunca conseguimos controlar as situações que ela causa, seja dentro da sede do núcleo de acessibilidade e/ou pelo *campus*.

Em relatos para nós, monitores, ela conta que é maltratada por sua família. Eles a deixam sem comida, sem dinheiro, não compram roupas para ela, entre outras coisas. Parece que tudo isso interfere no convívio dela com as pessoas. Ela alega já ter sido agredida por cobradores de ônibus e motoristas, mas já houve narrativas totalmente opostas por pessoas que presenciaram essas situações. Pessoas próximas aos monitores já relataram que ela sempre agride verbalmente

as pessoas nos ônibus, incluindo motoristas e cobradores, mas quando ela narra os fatos, parte da posição de vítima dos acontecimentos.

A referida aluna se recusa a usar bengala ou qualquer outro objeto que possa auxiliar em sua locomoção, o que já a fez cair inúmeras vezes, pois o campus não tem acessibilidade arquitetônica. Ela também se recusa a usar aplicativos acessíveis no celular, levando-a sempre a pedir ajuda para alguma pessoa, o que representa um grande risco para ela, pois ser acompanhada por pessoas sem instrução, em lugares onde há a necessidade de cuidados maiores em mobilidade, pode ocasionar tombos, assaltos e agressões, dependendo da necessidade e situação.

Por fim, muitas pessoas da coordenação lidam com a situação de forma inadequada, pois sempre a vestem como vítima de inúmeras situações e/ou "passam a mão na cabeça dela". Acredito que muitas medidas devem ser tomadas em relação a essa aluna, principalmente um acompanhamento psicológico frequente, pois as situações são as mesmas e não há sinal de melhora no seu comportamento. Essa situação já chegou a afastar monitores de suas demandas, e muitas coisas acontecem sem nenhum tipo de respaldo, como, por exemplo, serem agredidos verbalmente ou ameaçados de protocolamento de denúncia, e a única coisa a ser feita foi uma conversa com a discente.

Caso 04 e 05 - Exemplos de superação

Nem tudo foram espinhos nesse meu percurso no Núcleo de Acessibilidade. Conheci alunos que me surpreenderam e me encantaram com sua força de vontade e autonomia, tanto nas atividades acadêmicas como na vida. O primeiro caso positivo que relato é o de um aluno cego do curso de Matemática e Física. Além do seu comportamento totalmente educado, suas demandas nunca violaram nossas funções de monitoria. Ele apenas nos pedia o que de fato não podia ser realizado por ele, como a digitalização de trabalhos, preenchimento de formulários, escolha de figuras para colocar em atividades escolares durante seu período de estágio e leitura de textos.

Os atendimentos a esse aluno no período de pandemia sempre foram muito prazerosos, instrutivos e com um alto nível de aprendizagem. Como suas demandas geralmente eram longas, optávamos sempre por fazer os atendimentos por ligação de voz, e dessa forma, conseguíamos concluir o que era proposto. As frequentes demandas nos aproximaram, tornando-nos amigos para além da universidade. Por fim, esse aluno em especial despertou em mim um interesse em aprender mais sobre a cegueira, o que me levou a me inscrever em alguns cursos e palestras sobre o tema.

Hoje em dia, no atendimento presencial, são pouquíssimas as demandas desse aluno, apenas quando requer um acompanhamento em algum evento, curso ou oficinas. E é desse aluno que eu tiro um dos maiores aprendizados nessa trajetória.

Outro caso positivo é também de uma aluna cega que, por coincidência ou não, é irmã do caso acima que acabei de relatar. Ela é do curso de licenciatura em Geografia e todos os elogios e qualidades dadas ao seu irmão, acima expostos, também se aplicam a ela. Suas demandas eram muito semelhantes, assim como suas dificuldades.

Durante os atendimentos virtuais, sua principal demanda era a digitalização de textos, conversão de textos para um formato em que o leitor de seu celular pudesse fazer a leitura e formatação de texto. Atualmente, nos atendimentos presenciais, ela se mostra bem mais ativa em relação aos atendimentos no núcleo do que seu irmão. Ainda não sabemos o motivo, talvez o curso de cada uma demande atividades diferentes, influenciando nessa questão. De todo modo, ambos se tornaram meus amigos, me educaram em inúmeros aspectos e me encorajaram, de forma indireta, a aprender mais sobre educação especial.

Considerações finais

É inquestionável a enorme contribuição que o programa de monitoria acadêmica prestou em minha formação pessoal e profissional. As salas de aula são como a vida: diversificadas, plurais, com sujeitos que possuem necessidades especiais e limitações, independentemente de serem PCD ou não. Nós, futuros docentes, devemos sempre estar preparados para enfrentar as mais diversas situações que acontecerão somente nesse espaço singular que é a sala de aula.

Os atendimentos abrangendo uma ampla gama de demandas de alunos cegos, surdos e autistas foram realizados com total empenho dos bolsistas. Mesmo sem cursos de formação específicos nessas áreas, os monitores se esforçaram ao máximo para atender da melhor forma possível as demandas que surgiam, seja na sede do Núcleo de Acessibilidade, seja nas salas de aula ou em eventos fora do campus.

No entanto, é importante ressaltar as dificuldades enfrentadas devido à falta de equipamentos e materiais adequados para facilitar os atendimentos e o entendimento dos alunos. Fones de ouvido, programas virtuais, computadores, monitores, mouses e impressoras são itens essenciais para o bom funcionamento dos atendimentos, mas a carência desses recursos tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo programa. Além disso, a falta de materiais pedagógicos

que possam auxiliar no entendimento dos alunos, especialmente dos alunos cegos, tem sido uma limitação para o desenvolvimento das atividades.

A ausência de materiais e equipamentos adequados levou a situações desconfortáveis, em que os alunos atendidos se sentiram no direito de solicitar que os monitores realizassem seu trabalho acadêmico. Como resultado, houve atritos e reclamações constantes, criando um ambiente difícil tanto para os monitores quanto para os alunos. Infelizmente, durante a pandemia, não houve suporte técnico do Núcleo de Acessibilidade, não recebemos pacotes de *internet*, *chromebooks* ou qualquer outro tipo de auxílio. Todos os materiais utilizados foram providenciados pelos próprios monitores.

Outro aspecto que merece atenção é a falta de um diálogo mais efetivo com a coordenação do projeto. A falta de amparo e orientação adequada tem deixado os monitores sem direcionamento para solucionar os problemas que surgem. A dependência excessiva da técnica do Nuaces, que também enfrenta diversas demandas, muitas vezes impossibilitou uma resolução rápida das questões.

Nesse contexto, é importante ressaltar que as críticas apresentadas neste relato têm como objetivo contribuir para o aprimoramento do projeto de monitoria acadêmica na Universidade Federal do Oeste do Pará. Espero sinceramente que essas contribuições sejam consideradas e ajudem a melhorar a efetividade do programa, permitindo que ele possa oferecer um atendimento mais adequado e eficiente aos alunos com deficiência e necessidades especiais. Acredito na importância e na permanência desse programa para promover a inclusão e a acessibilidade na universidade pública.



SOBRE AS ORGANIZADORAS

Amanda Ferreira Tavares Freitas

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFO-PA), Especialista em Inclusão e Diversidade na Educação pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Graduada em Sistemas de Informação (UFOPA). Atualmente é servidora técnica administrativa (UFOPA). Atua como Coordenadora de Inclusão e Diversidade (CIDI/UFOPA), lotada na Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA/PROGES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HistedBr/Ufopa), desenvolvendo pesquisa na área da história da Educação Especial na Amazônia.

Thaisy Bentes

Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade de Santa Catarina. Mestra em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília. Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Libras pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada. Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Luterana do Brasil. É professora do Instituto Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Foi professora do Curso Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima (2015-2021). Atuou como professora de Atendimento Educacional Especializado e Português como segunda Língua para surdos, na cidade de Juruti e Alenquer/Pará. Atualmente, desenvolve pesquisas na área da tradução e interpretação comunitária para migrantes surdos e na interseção

entre educação, migração de surdos e direitos humanos. Coordena o Programa de Pesquisa e Extensão MiSordo: programa interinstitucional de apoio a migrantes e refugiados surdos. Possui experiência na área de Educação Especial, Educação de Surdos e Estudos da Tradução e da Interpretação e Tradução Literária.

■ **Thaisy Pinheiro**

Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa- Portugal; Mestre em Educação e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Gestão Educacional, Especialista em Educação Ambiental (UFSM) e Graduada em Educação Especial (UFSM). Desenvolve pesquisas na área de Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação de Surdos com ênfase nos temas: formação de professores, processos de significação cultural surda e políticas inclusivas. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos - GPEEPI (UFOPA). Atualmente é professora do quadro permanente da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA.

■ **Terezinha do Socorro Lira Pereira**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) Associação Plena em Rede (EDUCANORTE). Mestrado Acadêmico em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura, pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Graduação em Licenciatura Plena em Letras, pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Graduação em Tecnólogo em Secretariado Executivo pela UNINTER. Membro do Grupo de Pesquisa Indigenismo, Sociedade e Educação na Amazônia/ISSEAM/UFOPA. Membro do Grupo de Pesquisa PRÁXIS UFOPA, ambos com certificação no CNPq. Pesquisadora/ Membro vinculada ao Projeto “Equidade na Formação de Estudantes Indígenas na Amazônia: da escola à universidade, os desafios das desigualdades na educação”, (CAPES 2024-2028). Instituições de Ensino Superior participantes: UFRR (Basil), Ufopa (Brasil), UNIR (Brasil), Unifesspa (Brasil) e UAHC (Chile).



ISBN 978-65-983951-4-8



9 786598 395148